

2. Pressupostos teóricos

Neste capítulo, apresento as principais teorias e propostas que fundamentam as escolhas realizadas para analisar os dados gerados na pesquisa. Primeiramente, a especificidade do contexto prisional - restrições originadas pela sua função de manter indivíduos afastados do convívio social - suscita o estudo aprofundado sobre as origens das instituições penais e sobre princípios que justificam a sua manutenção.

Por conseguinte, a forma de convivência e as atitudes apresentadas pelos indivíduos, objetos - prefiro situá-los como colaboradores - da pesquisa, sugerem que eu dedique especial atenção ao estudo dos processos de formação de identidades coletivas. O estabelecimento de critérios para a investigação em relação às práticas de resistência e aos discursos construídos pelos apenados também recebem item destacado. Incluo, neste trabalho, uma visão sócio-histórica que fornece elementos para estudo, que possam ter influenciado e/ou que façam parte do processo de construção de identidade dos apenados.

Para analisar o discurso dos entrevistados, trabalho com a análise de narrativas. Por essa razão apresento o modelo de análise de Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972) em interface com os estudos sobre histórias de vida de Charlotte Linde (1993), e com a concepção de narrativas de resistência desenvolvido por Patrícia Ewick e Susan Silbey (2003).

2.1 Prisão e presídios

Conforme a Lei de Execução Penal, n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido a medidas de segurança, ao preso provisório e ao egresso. No título referente à execução da pena, pode-se ler que o objetivo de sua aplicação é o de “efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. O conceito de prisão designa o ato de prender ou capturar alguém. O conceito se estende como o local onde se mantém o indivíduo sob privação completa de liberdade, constituindo-se de edificação construída de forma a impedir sua fuga.

Conforme a mesma Lei de Execução Penal, os estabelecimentos chamados de penitenciária - emprego também o termo presídio em meu trabalho -, colônia agrícola e casa do albergado são diferenciados pela forma e duração de cumprimento da pena, mas todos representam algum tipo de confinamento - prisão - ao infrator condenado. As penitenciárias destinam-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado, por ter cometido algum crime de maior gravidade. Os outros locais citados podem proporcionar algum tipo de liberdade durante o cumprimento da pena.

Contudo, a diferenciação dos termos em relação às formas de detenção não representa o assunto mais importante a ser analisado em minha pesquisa. Preciso verificar, de fato, a origem e os fundamentos das instituições penais e os aspectos intrínsecos e estruturais das prisões, para trazer, amparado pela luz do conhecimento acadêmico, a maneira com que a concepção do sistema prisional, sua funcionalidade e a coerência relacionada ao objetivo principal de sua utilização, influencia na vida e reabilitação de um apenado.

Dessa forma, reviso as obras de dois pensadores que estudaram em profundidade instituições que mantêm indivíduos que cometeram crimes, foram julgados por essa razão, e que, por determinação legal, foram privados da liberdade, ou do convívio social. Michel Foucault, em *Vigiar e Punir*, apresenta como objetivo do seu livro “uma história que relaciona a alma moderna e um novo poder de julgar, estudando a origem do que representa o atual complexo científico-judiciário, onde o poder de punir se apóia e recebe suas justificações e suas regras” (FOUCAULT, 1986, p.26). Por outro lado, Goffman, em *Manicômios, Prisões e Conventos* (2007), trata, por meio de uma visão sociológica, de instituições que lidam com o mundo do indivíduo internado, incluindo as prisões.

2.1.1 Vigiar e punindo a delinquência construída

Em *Vigiar e Punir* (1986) Michel Foucault analisa os aspectos sócio-históricos que contribuíram para que as sociedades modernas, a partir do final do século XVIII, abolissem os espetáculos punitivos públicos, sendo atribuído às prisões o papel de castigar (o autor emprega também, no decorrer do seu trabalho,

o termo “punir”) os criminosos e delinquentes. Os suplícios, penas corporais dolorosas (enforcamentos ou torturas, por exemplo), normalmente realizadas como execuções em praças públicas, pouco a pouco deixam de existir. A realização de punições menos diretamente físicas se torna uma tendência a ser aprimorada no século XIX. Dessa forma, o corpo deixa de ser o objeto principal da condenação penal, passando para o enclausuramento, ou privação da liberdade do indivíduo, a forma socialmente reconhecida de punição.

Em sua pesquisa, Foucault demonstra que, até a Revolução Francesa, os suplícios não constituíam as penas aplicadas com mais frequência. Os tribunais buscavam alternativas para amenizar as punições mais severas. Entretanto, grande parte das penas não corporais era acompanhada de procedimentos que apresentavam características dos chamados suplícios.

Naquela época, ocasionalmente eram criticados os papéis do carrasco e do juiz, igualando-os, em certos aspectos, ao de um criminoso, em crueldade, permitindo que o supliciado pudesse, muitas vezes, ser visto com piedade e admiração. Os papéis poderiam, então, ser invertidos, os poderes ridicularizados e os criminosos transformados em heróis. O fato poderia ser agravado se a condenação fosse considerada injusta, presenciando-se a morte de um homem do povo por um crime que teria custado a alguém mais bem nascido ou mais rico, uma pena relativamente leve.

A execução pública demonstrava mais uma manifestação de força do que uma obra de justiça, incitando a violência. Dessa forma, a punição, gradativamente, se tornava a parte mais velada do processo penal, promovendo diversas consequências:

[...] deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade, não à sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica da punição muda as engrenagens. Por essa razão, a justiça não mais assume publicamente a parte de violência que está ligada a seu exercício. O fato de ela matar ou ferir já não é mais a glorificação de sua força, mas um elemento intrínseco a ela, que ela é obrigada a tolerar e muito lhe custa impor. (FOUCAULT, 1986, p.15).

A execução da pena, no início do século XIX, vai se tornando um setor autônomo, retirando da justiça o encargo de castigar criminosos. As prisões recebem esta função, porém a desenvolvem de forma mais sofisticada do que na época dos suplícios. Os juízes sugeriam que o fundamental da pena aplicada não

seria essencialmente punir, mas tentar corrigir e reeducar - Foucault cita também o termo “curar” - o criminoso.

Apesar da prisão, da reclusão, dos trabalhos forçados, da interdição de domicílio e da deportação também constituírem, em parte, penas “físicas” (somente a multa não seria incluída nesta relação de punições “físicas” aplicadas na época), a relação castigo-corpo não seria idêntica à estabelecida nos suplícios, ou seja, pela encenação da dor. Qualquer intervenção sobre o corpo – redução alimentar, privação sexual ou masmorra - visaria privar o indivíduo de sua liberdade, considerada, ao mesmo tempo, como um direito e como um bem. Este investimento político do corpo estaria ligado também à sua utilização econômica, como força de produção, sendo o corpo investido por relações de poder e de dominação. O corpo se torna força útil se é, ao mesmo tempo, corpo produtivo e corpo submisso.

Segundo Foucault, uma crítica levantada ao sistema penitenciário, na primeira metade do século XIX, considerava que a prisão não seria bastante punitiva. Julgava-se que os detentos sentiam menos fome, menos frio e privações que muitos pobres ou operários. Mesmo assim, houve um abrandamento da severidade penal no decorrer dos últimos séculos. Buscou-se menos crueldade, menos sofrimento, mais respeito e “humanidade”. Não seria mais ao corpo que se dirigiria a punição, mas à alma, ao coração, ao intelecto e à vontade (FOUCAULT, 1986, p. 21).

O autor considera que a definição das infrações e seus níveis de gravidade foram modificados amplamente nos últimos duzentos anos, apesar do padrão do que é permitido e do que é proibido ter mantido, no decorrer dos anos, relativa regularidade. Foucault constatou que a concepção de “crime” - aquilo que diz respeito à prática penal - foi profundamente modificado. A qualidade e a natureza dos atos passíveis de serem punidos, sob o nome de crimes ou delitos, são sempre julgadas por meio dos objetos jurídicos definidos por um Código Penal. Porém, julgam-se também as paixões, os instintos e as anomalias, verificando-se até que ponto a vontade do réu estava envolvida no crime.

Dessa forma, espera-se que, ao se conhecer o criminoso, suas relações entre ele, seu passado e o crime, e o que se pode esperar dele no futuro, seja possível contribuir para que, punido pelo castigo, este criminoso possa se tornar, não só desejoso, mas também capaz de viver respeitando a lei e de suprir as suas

próprias necessidades. Transforma-se o comportamento do condenado, controlando-o, neutralizando sua periculosidade e modificando suas disposições criminosas. A punição não é mais simplesmente sobre as infrações, mas sobre os indivíduos e sobre a origem do crime e os processos que contribuíram para a sua realização.

O autor, verificando o processo histórico do desenvolvimento social e econômico das sociedades modernas, também observa uma suavização dos crimes antes da suavização das leis. Essa transformação vincula-se a uma modificação no jogo das pressões econômicas, de uma elevação geral do nível de vida, de um forte crescimento demográfico, de uma multiplicação das riquezas e das propriedades e da necessidade de segurança, que é uma consequência de todos esses fatores. Verifica-se a passagem de uma chamada criminalidade de sangue para uma criminalidade de fraude também devido a métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas mais bem ajustadas de descoberta, de captura e de informação: “O deslocamento das práticas ilegais é correlato de uma extensão e de um afinamento das práticas punitivas” (FOUCAULT, 1986, p. 72).

Passa a existir, portanto, a necessidade de se controlar e codificar todas as práticas ilícitas. As infrações devem ser bem definidas e punidas com segurança. É preciso que, à ideia de cada crime e das vantagens que se esperam dele, esteja associada a ideia de um determinado castigo, com as desvantagens precisas que dele resultam, sem que seja permitida a esperança da impunidade. Dessa forma, a economia das ilegalidades se reestruturou com o desenvolvimento da sociedade capitalista. A ilegalidade dos bens foi separada da ilegalidade dos direitos, correspondendo, tal divisão, a uma oposição de classes. A ilegalidade mais acessível às classes populares será a dos bens (interpretei como a apropriação indevida de bens que normalmente essas pessoas não possuem); à burguesia, será reservada a ilegalidade dos direitos (possibilidade de desviar seus próprios regulamentos e suas próprias leis).

No contexto apresentado, verifica-se, ao mesmo tempo, a necessidade de uma classificação paralela dos crimes e dos castigos e a necessidade de uma individualização das penas, em conformidade com as características específicas de cada criminoso. No caso dos reincidentes, não se visa o autor de um ato definido pela lei, mas o sujeito delinquente; uma determinada vontade que manifesta seu

caráter intrinsecamente criminoso. Pouco a pouco, à medida que, no lugar do crime, a criminalidade se torna o objeto da intervenção penal, a oposição entre primário e reincidente torna-se mais importante. O discurso do crime na linguagem diária, que pudesse tornar o criminoso um herói, seria inibido pelo receio calculado do castigo, fortalecendo novas narrativas: o discurso se tornaria o veículo da lei.

Contudo, há críticas em relação ao fato de que a prisão não cobriria todo o campo da penalidade. A duração da pena como único princípio de variação só teria sentido em relação a uma possível correção e utilização econômica dos criminosos. A reclusão penal é criticada por alguns reformadores, porque é incapaz de responder à especificidade dos crimes, é desprovida de efeito sobre o público, é cara e mantém os condenados na ociosidade, multiplicando-lhes os vícios e correndo-se o risco de expor os detentos à arbitrariedade de seus guardiões.

Com o intuito de aprimorar os métodos de vigilância sobre os detentos, é desenvolvida uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista, ou para vigiar o espaço exterior, mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado. Nas prisões espera-se que as celas sejam bem separadas e vigiadas por um mesmo ponto central, sendo garantida a ordem. Este modelo, chamado panóptico, organiza unidades espaciais que permitem ver o indivíduo internado (sendo este consciente de seu estado permanente de visibilidade), assegurando o funcionamento automático do poder, podendo ser utilizado para fazer experiências, modificar o comportamento, ou treinar os indivíduos.

Segundo Foucault, a concepção de prisão como pena por excelência é fundamentada, em primeiro lugar, pela forma simples da privação da liberdade, considerando-se a liberdade como um bem que pertence a todos na sociedade, tornando-se esta forma de castigo, na medida do possível, um processo igualitário. Além disso, o regime prisional permite quantificar exatamente a pena segundo a variável do tempo, operando como uma reparação: “Retirando tempo do condenado, a prisão parece traduzir concretamente a ideia de que a infração lesou, além da vítima, a sociedade inteira” (FOUCAULT, 1986, p.208).

Contudo, em sua execução, o regime prisional não deve ter a mesma forma em todas as condições apresentadas, consoante se trate de um indiciado ou de um condenado, de um contraventor ou de um criminoso. O castigo deve ser não só

graduado em intensidade, mas diversificado em seus objetivos. Um indivíduo condenado a penas leves não deve ser preso no mesmo local que o criminoso condenado a penas mais graves; se a pena infligida pela lei tem como objetivo principal a reparação do crime, ela pretende também que o culpado se emende, operando como aparelho disciplinar.

Pelo motivo do isolamento do condenado em relação ao mundo exterior e por tudo o que motivou a infração, a prisão deve ser concebida de maneira que ela mesma apague as consequências nefastas que atrai, ao reunir num mesmo local, condenados muito diversos. De acordo com Foucault, inibindo os complôs e as revoltas que se possam formar, impedindo que se formem cumplicidades futuras ou nasçam possibilidades de chantagem, a prisão não deve formar, a partir dos malfetores que reúne, uma população homogênea e solidária.¹

Além do isolamento, outro entre os princípios de que ainda hoje se esperariam efeitos satisfatórios para a transformação e a socialização progressiva dos detentos, Foucault apresenta o trabalho para os internos como uma das peças fundamentais. O trabalho não deve ser considerado como o complemento e, por assim dizer, como uma agravação da pena, mas sim como uma suavização - princípio do trabalho como obrigação e como direito. O trabalho pelo qual o condenado atende a suas próprias necessidades requalifica o ladrão em operário dócil, tornando-se útil uma retribuição pelo trabalho penal; ela impõe ao detento a forma “moral” do salário, vindo do trabalho. Um infrator que ignore o sentido da propriedade deve passar a adquirir o valor sobre o que conquistou com o esforço próprio.

Esse trabalho de reeducação implica que o prisioneiro possa ser mantido sob um olhar permanente, permitindo que sejam registradas e contabilizadas todas as anotações que se possa tomar sobre ele (o modelo panóptico encontrou na prisão local adequado para sua realização). O personagem que o aparelho penitenciário coloca no lugar do infrator condenado é o delinquente, que se distingue do infrator pelo fato de não ser tanto seu ato, quanto sua vida, o que mais o caracteriza.

O castigo legal se refere a um ato; a técnica punitiva a uma vida; cabe-lhe, por conseguinte, reconstituir o ínfimo e o pior na forma do saber; cabe-lhe modificar seus efeitos ou preencher suas lacunas, através de uma prática coercitiva. (FOUCAULT, 1986, p. 223).

¹ (FOUCAULT, 1986, p.211).

A introdução do biográfico é importante na história da penalidade porque ele faz existir o criminoso antes do crime e, num raciocínio-limite, fora deste. O delinquente se distingue também do infrator pelo fato de não somente ser o autor de seu ato, responsável em função de certos critérios da vontade livre e consciente, mas também por estar atrelado ao seu delito, por razões relacionadas a instintos, pulsões, tendências e temperamento. Surge a possibilidade de uma criminologia. O objeto da justiça penal é o próprio infrator, mas o do aparelho penitenciário é o delinquente.

Em suas considerações sobre a instituição prisional, Foucault apresenta as causas e os efeitos visíveis que contribuem para a denúncia sobre a prisão como sendo o grande fracasso da justiça penal. O autor indica que as prisões não diminuem a taxa de criminalidade - apresenta dados de sua pesquisa na França - e que a detenção provoca a reincidência, por favorecer a organização de um meio de delinquentes, solidários entre si, hierarquizados, prontos para todas as cumplicidades futuras. A prisão impõe limitações violentas aos apenados, cria para eles uma natureza inútil e, apesar de destinada a aplicar as leis e a ensinar o respeito por elas, tem o seu funcionamento ocorrendo no sentido do abuso de poder.

Segundo Foucault, o delinquente pode ser um produto da instituição. As condições dadas aos detentos libertados condenam-nos fatalmente à reincidência: porque estão sob a vigilância da polícia; porque têm designação de domicílio, ou proibição de permanência; porque saem com um registro que têm que mostrar em todo lugar que vão, que menciona a condenação que sofreram, impossibilitando-os de encontrar trabalho. Enfim, a prisão pode também fabricar, indiretamente, delinquentes, ao fazer cair na miséria a família do detento.

Foucault sugere que a penalidade por meio do sistema prisional não reprimiria pura e simplesmente as ilegalidades; ela as diferenciaria. A penalidade seria então uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. A própria lei ou a maneira de aplicá-la podem servir aos interesses de uma classe, fazendo parte de um mecanismo de dominação. Os castigos legais devem ser recolocados numa estratégia global das ilegalidades.

O autor apresenta a possibilidade do “fracasso” da prisão ser justamente o seu objetivo, de certa forma, velado, perguntando ao leitor se a aparente contradição da perpetuação do sistema prisional ineficaz não seria uma consequência do processo (intencional) de gestão das ilegalidades descrito no parágrafo anterior. O autor defende sua suposição por meio da descrição histórica dos movimentos populares ocorridos na Europa na passagem do século XVIII ao XIX. As novas dimensões de ilegalidades populares traziam consigo todos os movimentos ligados aos conflitos sociais, às lutas operárias (greves e associações ilícitas), à resistência ao movimento de industrialização, e às lutas contra os regimes políticos e os efeitos das crises econômicas. Foi contra o novo regime de propriedade da terra - instaurado pela burguesia - que se desenvolveu a ilegalidade camponesa, e as operárias do início do século XIX.

Sob essas condições, o autor considera hipocrisia ou ingenuidade o fato de que acreditar que a lei seria feita para todo mundo em nome de todo mundo; ela obriga a todos os cidadãos, mas se dirige principalmente às classes mais numerosas e menos esclarecidas; que nos tribunais não é a sociedade inteira que julga um de seus membros, mas uma categoria social encarregada da ordem sanciona outra fadada à desordem. Os últimos, por falta de recursos e educação, não sabem permanecer nos limites da proibição legal, tanto que a linguagem da lei que se pretende universal é, por isso mesmo, inadequada, servindo ao discurso de uma classe a outra, que não possui as mesmas ideias, nem as mesmas palavras da primeira.

Foucault considera a delinquência, como ilegalidade dominada, sendo um agente para a ilegalidade dos grupos dominantes. A existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais, por intermédio de agentes fiscais ilícitos. Ilustra sua afirmação, por meio da implantação das redes de prostituição do século XIX, que administravam os enormes lucros sobre um prazer sexual, em que as prostitutas passavam regularmente pela prisão. O meio clandestino seria sempre cúmplice de um puritanismo interessado. O autor relaciona o tráfico de armas, o de álcool nos países de lei seca, ou mais recentemente os de drogas, a esse tipo de funcionamento, que chamou de “delinquência útil”, o qual representa um instrumento para gerir e explorar as ilegalidades (FOUCAULT, 1986, p. 246).

Após mencionar que a delinquência representa uma ilegalidade que o sistema carcerário, com todas as suas ramificações, investiu, recortou, penetrou, organizou e fechou num meio definido, adquirindo um papel de instrumental em relação às outras ilegalidades, Foucault expressa que:

Não há então natureza criminosa, mas jogos de força que, segundo a classe a que pertencem os indivíduos, os conduzirão ao poder ou à prisão: pobres, os magistrados de hoje sem dúvida povoariam os campos de trabalhos forçados; e os forçados, se fossem bem nascidos, tomariam assento nos tribunais e aí distribuiriam justiça. (FOUCAULT, 1986, p. 254).

2.1.2 Goffman e as instituições totais

O universo das prisões observado e analisado por Foucault, acima apresentado, oferece vasto material para o estudo realizado com apenados em regime fechado. O autor aprofunda questões que envolvem o desejo em se exercer o poder - vigilância e controle - sobre quem deva, supostamente, ser punido e os reflexos dessa postura na vida em sociedade. Em *Manicômios, Prisões e Conventos* (2007), Erving Goffman trata, em especial, de instituições que lidam com o mundo do internado.²

O autor denomina como instituições totais - inclui as prisões neste contexto, com a restrição de que os participantes não poderiam, dentro delas, por uma questão conceitual, se comportar de forma ilegal - os estabelecimentos que atendam à seguinte definição:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (GOFFMAN, 2007, p. 11).

Goffman reconhece os estabelecimentos sociais como instituições, ou locais, tais como salas, conjuntos de salas, edifícios ou fábricas em que ocorram atividades de tipos determinados. Eles podem variar também por oferecerem, ou

² Utilizarei o termo interno no lugar de internado, empregado por Goffman, coincidindo com a terminologia de Foucault e com o termo usado pelos apenados no presídio onde desenvolvi minha pesquisa.

não, espaço para atividades, sendo opcionais em sua utilização, havendo outros fatores de diferenciação.

Toda instituição apresenta tendências as quais o autor chama de “fechamento”, conquistando parte do tempo e do interesse de seus participantes, lhes oferecendo algo de um determinado mundo. Esse fechamento ou caráter total “é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico.” (GOFFMAN, 2007, p.16). Esta barreira colocada entre o interno e o mundo externo assinala a primeira mutilação do eu, sendo que ela ultrapassa o campo simbólico e, efetivamente, pode ser constituída por portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos o autor dá o nome de instituições totais.

O autor enumera as instituições totais em cinco subcategorias na organização de seu trabalho. São elas: instituições criadas para cuidar de pessoas consideradas incapazes e inofensivas; instituições para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas, como hospitais para doentes mentais; instituições que realizam alguma tarefa de trabalho, como quartéis e escolas internas; ou ainda, estabelecimentos destinados a servir como refúgio do mundo, ou que possam servir como locais de instruções de religiosos, como mosteiros e conventos e outros claustros. Contudo, as instituições a serem analisadas neste item da dissertação são as instituições organizadas para proteger a comunidade contra perigos intencionais, ou seja, as cadeias e penitenciárias. As características das instituições totais a serem evidenciadas serão, dessa forma, as que estiverem inseridas no contexto prisional.

Em seguida, o autor dispõe elementos, por ele chamados de “características comuns”, que, apesar de não serem peculiares às instituições totais e não serem compartilhados por todas elas, cada uma delas apresenta muitos desses atributos. Um desses aspectos se refere à relativa autonomia, ou suposta liberdade, que o indivíduo possuía, de transitar e atuar em diferentes lugares, sem um plano de ação rigidamente definido, antes de pertencer a uma instituição total. A partir do confinamento, todos os aspectos da vida passam a ser realizados no mesmo local; cada fase da atividade diária de cada participante é compartilhada por um grupo grande de outras pessoas tratadas, controladas e vigiadas da mesma forma e obrigadas a fazerem as mesmas coisas em conjunto, sob uma única

autoridade. As várias atividades obrigatórias são reunidas num planejamento único para atender aos objetivos oficiais da instituição.

Nas instituições totais, existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado - grupo de internos - e uma pequena equipe de supervisão. Geralmente os internos vivem na instituição e têm contato restrito com o mundo exterior à instituição, diferentemente da equipe dirigente. Cada agrupamento tende a conceber o outro por estereótipos hostis. Há ainda a valorização de cada grupo como superiores e corretos, por parte dos dirigentes, e inferiores e culpados, por parte dos internados. A mobilidade social e a comunicação entre os dois estratos são bastante limitadas, desenvolvendo-se dois mundos sociais e culturais diferentes.

Assim como Foucault destacou, em *Vigiar e Punir*, o tema sobre os possíveis benefícios concedidos aos internos por serviços por eles prestados, Goffman sugere que qualquer incentivo (financeiro, principalmente) que seja dado ao trabalho do internado, não possui a mesma significação estrutural conhecida no mundo externo. Sendo todas as atividades realizadas pelos internos, assim como a sua forma de pagamento, organizadas pela instituição, torna-se difícil a compreensão, por parte do interno, da relação usual que pode ser estabelecida entre o dinheiro recebido pelo trabalho e o mundo.

Goffman considera uma instituição total como um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal, em que a vida familiar não faz parte desse universo social. Para o autor, na nossa sociedade, as instituições totais servem como estufas para mudar pessoas, sendo cada uma dessas instituições um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu. O suposto conjunto de defesas e experiências adquiridas pelo interno em seu mundo ou cultura familiar, que confirmavam uma concepção tolerável do seu eu, não são substituídas pelas instituições totais; os internos são afastados dessas oportunidades de comportamento, tornando-se temporariamente incapazes de enfrentar alguns aspectos de sua vida diária.

Estar dentro e fora são conceitos dependentes um do outro para os internos:

As instituições totais não procuram uma vitória cultural. Criam e mantêm um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional, e usam essa tensão persistente como uma força estratégica no controle de homens. (GOFFMAN, 2007, p.24).

Ao chegar à instituição total, o novato possui uma concepção de si pela condição social que adquiriu no seu ambiente social. Com o passar dos dias, o interno passa por uma série de degradações, humilhações e profanações. O seu eu é sistematicamente, mesmo que muitas vezes não intencionalmente, mortificado. Sua percepção e suas crenças sobre si mesmo e sobre os outros começam a sofrer mudanças gradativas, causando uma perda dos papéis que desempenhava anteriormente na vida civil.

Uma das reclamações mais comuns entre presidiários que já estiveram em liberdade após algum cumprimento de pena, identificada nos dados gerados para a minha pesquisa, é também destacada por Goffman. O autor indica que, embora alguns dos papéis possam ser restabelecidos pelo interno ao voltar para o mundo, outras perdas podem ser irrecuperáveis e dolorosas como as relações familiares, a vida profissional e a educacional. Direitos legais também podem se tornar permanentemente negados a um ex-interno – o que o autor considera como “morte civil”.

Quando sai da prisão, é comum que o ex-interno faça um esforço para esconder seu passado e tente se disfarçar, para se livrar do estigma de ex-presidiário, o que pode dificultar, por exemplo, o processo de se candidatar a um emprego. Além disso, a saída da prisão tende a ocorrer quando o indivíduo finalmente aprendeu a lidar com o mundo interno do presídio e conseguiu privilégios que descobriu, dolorosamente, que são muito importantes. Em resumo, pode descobrir que a sua liberdade pode representar passar do topo de um universo restrito, para o ponto mais baixo do meio social em que voltará a viver.

Os processos de admissão também levam a outros processos de perda e mortificação. Podemos citar como exemplo, os atos de se despir, de tomar banho, ou de utilizar roupas (uniformes), pois, ao ser admitido, o novato é codificado num objeto que pode ser colocado na máquina administrativa do estabelecimento, sendo modelado suavemente pelas operações de rotina. Violenta-se a autonomia do ato, impossibilitando o interno de atrasar uma refeição para terminar uma tarefa, ou largar um trabalho para encontrar alguém, tornando o processo natural de controle social, minucioso e limitador numa instituição total.

Os momentos iniciais de socialização podem testar a obediência de um interno que se torna passível de receber castigo imediato, caso se rebele. Ao ser despojado de seus bens, o estabelecimento providencia algumas substituições ao

interno, sendo elas padronizadas e pertencentes à instituição, reforçando a ideia de separação e ausência de bens, ou seja, de anulação da identidade.

Nas instituições totais, também podem existir vários regulamentos, várias ordens ou tarefas, que obriguem o indivíduo a adotar determinados movimentos ou posturas, ou seja, parte de uma rotina diária de vida que considera estranha a ele, ocorrendo em mortificação do seu eu. O autor menciona atos como comer com colher, ficar em posição de sentido, ou ainda, cumprir penitências. Neste contexto, a obrigação de pedir permissão ou instrumentos para atividades secundárias que a pessoa pode executar sozinha no mundo externo, por exemplo, fumar, barbear-se, ir ao banheiro, não apenas coloca o indivíduo no papel submisso (condição artificial para um adulto), mas também permite que suas ações sofram interferências da equipe diretora.

Em seguida, Goffman descreve a chamada “violação da reserva de informação quanto ao eu” (GOFFMAN, 2007, p.31). O histórico de vida do interno é apresentado em um dossiê, que servirá como referência para o estabelecimento, sobre o que é esperado de mudança ou aprimoramento desse interno. Considera-se também constrangedor para o interno o fato de que a sua correspondência pessoal possa ser lida e censurada, estando sujeita a motivos para zombarias.

Há algumas questões sobre a exposição dos internos que também contribuem para o processo de mortificação do eu. Os presos não podem, em geral, impedir que os visitantes os vejam em circunstâncias humilhantes, pois as celas de prisão, com barras de metal como paredes, permitem essa exposição. Outro problema é a forma de contaminação que se reflete em queixas a respeito de alimentos sujos, locais em desordem, toalhas e vestimentas usadas por outras pessoas, vasos sanitários sem assentos e instalações sujas para o banho.

Outro exemplo de que a vida reservada se torna impossível ocorre pela mistura de grupos etários e étnicos (considero que o autor não esteja se referindo, necessariamente, ao caso de preconceito racial, mas a diferenças culturais que comprometem a convivência diária), fazendo com que o interno sinta que está sendo contaminado por contato com companheiros indesejáveis. O sistema de apelidos para os internos, considerado como direito automaticamente adquirido como forma de tratamento íntimo, também impede que uma pessoa tenha o direito de manter-se distante dos outros, por meio de um estilo formal de tratamento.

Nas instituições totais, a exposição das relações da pessoa pode ocorrer de maneiras ainda mais drásticas. Por exemplo, há ocasiões em que um indivíduo testemunha um ataque físico a alguém com quem tem ligações, e sofre a mortificação permanente por nada ter feito pelo companheiro (mesmo sabendo que haveria riscos, caso decidisse prestar socorro), pois, além dele, outros sabem que nada fez. Caso semelhante de contaminação nas relações entre internos pode ocorrer em confissões institucionalmente organizadas. Quando um elemento significativo precisa ser denunciado e, principalmente, quando esse outro está fisicamente presente, a confissão a estranhos pode significar uma intensa contaminação da relação e, por meio desse processo, do eu.

Outra situação aparentemente simples para cidadãos em liberdade, mas que agride a individualidade do interno, destacada pelo autor, revela que nas instituições totais, os internos não podem manifestar reações a circunstâncias que ultrajem sua concepção de eu, como poderiam em meio à sociedade civil. Reações e respostas expressivas de autodefesa a exigências humilhantes como expressão de mau humor, omissão dos sinais comuns de deferência, palavrões resmungados, ou expressões de desprezo, ironia e sarcasmo, podem ser punidas nas instituições totais, pressionando o indivíduo para a total obediência bem mais marcada.

Ao mesmo tempo em que o processo de mortificação se desenvolve, o interno começa a receber instrução formal e informal a respeito do que Goffman denomina como sistema de privilégios, possibilitando a reorganização pessoal do indivíduo. São eles: o conjunto de regras de conduta do interno; um determinado número de prêmios ou privilégios claramente definidos, obtidos em troca de obediência e os castigos, definidos como consequências de desobediência às regras. O interno pode ainda tornar-se um colaborador, contribuindo com atividades desenvolvidas pela instituição sob condições exigidas e recebendo incentivos para tal ato – indivíduo com ajustamentos primários.

Nas instituições totais, há também um sistema que pode ser denominado de ajustamentos secundários, ou seja, práticas que não desafiam diretamente a equipe dirigente, mas que permitem que os internos consigam satisfações proibidas ou obtenham, por meios proibidos, as satisfações permitidas. Os ajustamentos secundários possibilitam que o interno perceba-se ainda como um homem autônomo, com certo controle sobre seu ambiente e com relativa condição de proteger o seu eu do papel que a instituição admite para ele.

Os ajustamentos secundários podem gerar um sistema de códigos e alguns meios de controle social por parte dos internos, gerando um problema de segurança, que preocupa a equipe dirigente da instituição, que deseja evitar a formação de grupos. Esses processos de confraternização contribuem para que as pessoas socialmente distantes desenvolvam apoio mútuo e resistência a um sistema que as forçou à intimidade numa única comunidade igualitária.³

O recém-admitido frequentemente parte de algo semelhante às concepções erradas e populares da equipe dirigente quanto ao caráter dos internos. Com o tempo, descobre que quase todos os seus companheiros podem ter todas as qualidades de seres humanos de vida regular, ocasionalmente decentes, merecendo simpatia e apoio. Os delitos que os internos cometeram fora do presídio deixam de ser suficientes para julgar as qualidades de cada um.

Dessa forma, os internos desenvolvem um sentimento de amargura contra o mundo externo se perceberem que são expostos a tratamento degradante além do que seja previsto por lei. O seu ato de revolta pode passar a ser justificado (na sua concepção), principalmente, quando seu castigo é imposto por aqueles que não estão livres de culpa e buscar vingar-se na primeira oportunidade. Por meio dessa decisão, torna-se um criminoso, pela descrença que desenvolve em relação à prisão.

Ideologicamente, os funcionários da prisão podem assumir que o prisioneiro deva aceitar o fato de estar preso, pois as prisões, supostamente, são um meio para que o preso pague à sociedade, cultive o respeito pela lei, admita seus erros, aprenda um ofício legítimo, e, em alguns casos, receba uma psicoterapia necessária. No entanto, em termos de ação, a administração da prisão, em grande parte, se ocupa do problema de segurança, isto é, procura impedir a desordem e o desejo de fuga dos internos. Contudo, a equipe dirigente é lembrada quanto a padrões e direitos dos internados na condição de seres humanos (padrões humanitários), não apenas por seus superiores hierárquicos, mas também por várias agências da sociedade mais ampla e, muitas vezes, pelos parentes dos internados.

³ No caso dos presídios do Rio de Janeiro, nem sempre alguns desses ajustes são rejeitados pela direção, por ajudarem na organização e convivência dos internos, já que os próprios estabelecem normas de conduta entre eles, como veremos mais adiante.

Outra característica que varia entre as instituições totais é o que Goffman considera como permeabilidade, isto é, a intensidade com que os padrões sociais mantidos no interior da instituição e na sociedade se influenciam mutuamente. Esta questão pode proporcionar algumas relações dinâmicas entre uma instituição total e a sociedade mais ampla que a mantém ou que a tolera.

No processo de admissão em presídios, ao serem suprimidas as diferenças sociais externas, pode ser possível construir uma orientação para seu esquema de honra, neste aspecto, tornando-se mais democrática. Por exemplo, o fato de o interno saber que o tratamento que recebe não é pior do que o de seus companheiros pode ser considerado como uma fonte de apoio - e não de privação.

Goffman sugere que, para a manutenção da moral e estabilidade, por exemplo, parece haver necessidade de certa impermeabilidade num estabelecimento. Descreve o fato de que alguns internos que exerciam funções de profissionais liberais, antes de serem presos (como médicos ou professores, por exemplo), podem ser aproveitados e necessários para a instituição, sendo estimulados a dar continuidade no desempenho de seus papéis, mesmo que na condição de apenados.

Nos presídios do Rio de Janeiro, em especial, no que realizei esta pesquisa, a permeabilidade se faz necessária na separação dos internos direcionados a presídios que recebem apenados que pertençam às mesmas facções criminosas ou a comunidades a que estas facções estejam vinculadas. Caso contrário, os internos membros de facções rivais poderiam se confrontar até a morte.

Quase sempre, as instituições totais - no contexto deste trabalho, as prisões - parecem funcionar apenas como depósitos de internos, mas, como já foi antes sugerido, usualmente se apresentam ao público como organizações racionais, conseqüentemente planejadas para, eficientemente, atingir determinadas finalidades oficialmente desejadas. Um objetivo frequente é a reforma dos internos baseada em algum padrão ideal. Essa contradição entre o que a instituição deveria fazer e o que diz fazer constitui o contexto vivenciado diariamente pela equipe dirigente de uma instituição prisional.

2.2 Discurso e atos de resistência na formação de identidades coletivas

De acordo com Moita Lopes (2001), as ciências humanas têm buscado compreender os diferentes modos de viver o mundo social, por meio do estudo das identidades sociais. O autor discorre sobre a vida econômica e cultural, múltipla e plural do homem globalizado. Os avanços da tecnologia, por exemplo, possibilitando o acesso à informação sobre todas as partes do mundo, podem trazer mudanças estruturais na sociedade.

No início da minha pesquisa de campo, observei os apenados como pessoas que mantêm características relacionadas a condições de vida, comportamentos e objetivos que indicam algum tipo de pertencimento a coletividades. Por essa razão, para embasamento teórico, relaciono autores que dissertam sobre formação de identidades de indivíduos que, além das especificidades de funções sociais mais amplas que possam desempenhar, constroem identidades coletivas. No decorrer da pesquisa, em função dos dados gerados, foquei minha atenção para a investigação sobre as identidades de indivíduos que resistem a estruturas sociais (e suas formas de poder), mobilizando atores sociais a desenvolverem movimentos coletivos de resistência, em especial no contexto prisional.

2.2.1 Identidades Coletivas

No livro *Comunidade - A busca por segurança no mundo atual*, Zygmunt Bauman (2003) parte da noção do termo comunidade, como um espaço idealizado ou percebido de tal forma que, para a origem e manutenção de sua existência, ocorresse um entendimento natural compartilhado por todos os seus membros. Com as sociedades modernas em ascensão, a idéia de entendimento natural não se torna observável. Os membros de uma comunidade, em verdade, participam de um consenso, ou seja, de um acordo alcançado por pessoas com opiniões diferentes, sendo fruto de um processo de negociação.

A “comunidade imaginária”, considerada pelo autor como produtora de uma “sensação de aconchego” (BAUMAN, 2003, p.9), cede lugar à comunidade

realmente existente, exigindo comprometimento de seus membros em troca dos serviços que tal comunidade se propõe a prestar. Como exemplo, o autor destaca a tensão entre os valores liberdade e segurança, sendo tais valores negociados, dificilmente equilibrados e jamais ajustados pelos indivíduos, para pertencerem ou não a essa forma de agrupamento humano. Ao se adquirir segurança, a liberdade - também chamada pelo autor de autonomia, direito à auto-afirmação e à identidade - pode ser perdida. Da mesma forma, o fato de um indivíduo não pertencer a uma comunidade, adquirindo mais liberdade por essa razão, pode significar não obter proteção.

Na visão de Robert Redfield (1971), a comunidade é concebida como fiel à sua natureza, apenas na medida em que ela se torna distinta dos outros agrupamentos humanos. Essa distinção deve ser percebida e visualizada por todos os seus membros em sua extensão e em relação às atividades e serviços que presta atendendo às necessidades de todos. A ideia de homogeneidade e unidade deve ser construída por um processo de seleção, separação e exclusão, por meio de um acordo artificialmente produzido.⁴ Para Bauman (2003), neste contexto, “identidade significa ser diferente e, por essa diferença, a procura da identidade não pode deixar de dividir e separar.” (BAUMAN, 2003, p. 21). A distinção deve representar a divisão clara entre “nós” e “eles” sem dificuldades de se identificar quem é “um de nós” e quem não é.

Bauman sugere a utilização da palavra identidade representando (o autor empregou para esta analogia, o termo “substituindo”) a palavra comunidade, associando-a à ideia de lar supostamente natural ou espaço aconchegante, se comparado com o mundo exterior às suas fronteiras. Dessa forma, a vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade contribuem para que os seus construtores procurem o que Bauman chamou de “cabides”, em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados. A perspectiva é a de que possam compartilhar as incertezas vivenciadas obtendo um momento de alívio para a solidão.

Bauman também considera em seu trabalho que, apesar do processo de globalização do mundo, as fronteiras não desaparecem. O autor sugere que as

⁴ Robert Redfield (Redfield, 1971, p.4; apud. Bauman, [2001] 2003, p.17).

chamadas identidades comunitárias compartilhadas representem origens culturais e políticas da identidade. Assim sendo, a concepção de identidade não garante um núcleo estável do eu. O aconchego do lar (segurança) deve ser buscado diariamente, pois não há história sem mudança, fazendo com que o homem busque, constantemente, reverter uma suposta condição de desconforto e aliviar seu sofrimento. Dessa forma, é retomada a noção de que a obtenção de segurança demanda perda de liberdade, o que faz da vida em comunidade um eterno conflito.

O incentivo ao processo de individualização propagado pelos ideais neoliberais representa, no que diz respeito aos valores humanos, uma troca. A liberdade, adquirida em troca da segurança, não parece oferecer riscos enquanto conseguimos realizar o que desejamos, da forma que desejamos. Entretanto, a independência de uns poderia significar a submissão e a anulação de outros. Bauman ilustra esta passagem, lembrando a revolução industrial, que reuniu a população (“massas”, segundo o autor) tirada da velha e rígida rotina da rede da interação comunitária governada pelo hábito, porém autônoma e resistente à manipulação e mudança, para ser forçada à nova e rígida rotina do desempenho de tarefas.

Desenvolve-se àquela época um regime disciplinar rigoroso e supervisionado, exercido pelas classes mais altas, causando o desaparecimento do entendimento natural das comunidades do campo, que tinham o curso de suas vidas regulado pela natureza. Surge uma rotina artificialmente projetada e coercitivamente imposta e monitorada, pertencente a uma nova estrutura de poder. Os donos e os gerentes das indústrias inibiam qualquer manifestação de espontaneidade e livre arbítrio por parte dos camponeses e artesãos em processo de adaptação aos rigores do trabalho nas indústrias. Dessa maneira, segundo o autor, durante a maior parte de sua história, a modernidade se desenvolveu sob a influência do poder panóptico - processo semelhante ao poder de vigilância contínua em prisões, detalhado na obra de Foucault, apresentado em item anterior desta dissertação.

Algumas décadas após o período de reconstrução do pós-guerra (leia-se Segunda Guerra Mundial), o princípio de monitoramento constante dos funcionários não se faz demasiadamente necessário. O poder vigente opera considerando a suposta falta de autoconfiança de seus subordinados. Devido à sociedade de consumo, nada duraria o suficiente para ser absorvido, para se tornar

familiar e para se transformar no que as pessoas que cultuavam a vida em comunidade procuravam e esperavam. As lealdades pessoais se enfraqueciam, assim como os laços nacionais, regionais, comunitários, de vizinhança, de família e, finalmente, os laços que ligam os homens a uma imagem coerente de si mesmos.

Em sua análise, Bauman critica a ideologia neoliberal que sustenta os princípios da estrutura capitalista na economia do mundo contemporâneo, não garantindo a justiça distributiva, numa sociedade liberal e desigual. Designa por “os bem-sucedidos”, a nova elite da sociedade de bens de consumo que adquire o direito de assimilação do ideal liberal que propunha o voluntarismo, liberdade individual, e auto-afirmação. Esse processo de emancipação em relação aos laços comunitários não pôde ser assimilado pelos chamados membros das minorias étnicas, ou pertencentes a classes socioculturais desfavorecidas.

A decisão da elite capitalista dominante de incluir os indivíduos imigrantes, por exemplo, na condição de minorias étnicas, em forma de comunidades, é produto de coação mais do que de liberdade de escolha, tendo pouca semelhança com o tipo de decisão possibilitada ao consumidor livre numa sociedade liberal. As elites consideram os membros dessas chamadas “minorias” como “fracos”, ou seja, como “indivíduos que não são capazes de praticar a individualidade, sendo discriminados por não priorizarem a conquista por conta do próprio esforço, necessitando ainda dos recursos e serviços proporcionados por uma comunidade.” (BAUMAN, 2003, p.56). Dessa forma, o autor indica que a nova visão culturalista do mundo, equivocadamente, sugere que a causa da desigualdade é o resultado do processo da liberdade de escolha. Em verdade, a desigualdade é que representaria um dos obstáculos para a liberdade de escolha.

A distância entre os mais ricos e os mais pobres aumenta ano após ano, tanto entre as sociedades como dentro delas, em escala global e dentro de cada Estado. As pessoas sem rendimentos, depois que as economias locais tradicionais foram desconstruídas, perdem a autonomia e ficam suscetíveis a pressões de organizações que exploram o trabalho do cidadão comum. O direito de escolha assegurado legalmente não ocorreria, necessariamente.

Por conseguinte, o direito a ter a diferença reconhecida, sem temor de punição, deve ser obtido por meio de uma luta coletiva, compartilhado por um grupo (ou categoria) de indivíduos, suficientemente numeroso, delimitando as

fronteiras e mantendo a vigilância sobre elas. Bauman traduz este processo como o produto de uma reivindicação coletiva, resultado do controle de movimentos individuais, demandando lealdade inabalável de alguns indivíduos, impedindo a entrada de intrusos, mas também a saída dos de dentro. O objetivo maior é o de que todos tenham o direito de procurar a estima social e distribuição de oportunidades em condições de igualdade.

A chamada “vulnerabilidade das identidades individuais” e sua relação com a formação das identidades coletivas, apresentada por Bauman, pode ser também associada ao surgimento da sociedade em rede, que, segundo Manuel Castells (1999), introduz novas formas de transformação social por estar “fundamentada na disjunção sistêmica entre o local e o global para a maioria dos indivíduos e grupos sociais.” (CASTELLS, 1999, p.27). Bauman (2003, p.53-54) descreveu o mundo habitado pela nova elite como sendo extraterritorial, garantindo sua distância em relação à formação de comunidades, fora do alcance das pessoas comuns. Dessa forma, para Castells, “a maior parte das ações sociais organiza-se ao redor da oposição entre fluxos não identificados e identidades segregadas.” (CASTELLS, 1999, p.27).

Manuel Castells escreve na introdução do seu livro *O Poder da Identidade* (1999) que “o mundo vem sendo moldado pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade” (CASTELLS, 1999, p.17). Apresenta o quadro em que a sociedade em rede é caracterizada pela globalização da economia, pela flexibilidade e instabilidade do emprego, pela individualização da mão de obra e pela cultura de virtualidade, que ele chama de real, construída por um sistema de mídia onipresente.

Contudo, nas últimas décadas, foi revelada a expansão de expressões significativas de identidade coletiva, que resistem a efeitos causados pela globalização. O autor considera esses movimentos reativos como “trincheiras de resistência em defesa de Deus, da nação, da etnia, da família, da religião, enfim, das categorias fundamentais da existência humana milenar” (CASTELLS, 1999, p.18). Existência, em sua avaliação, ameaçada, no presente momento, por forças tecnoeconômicas e movimentos de transformação social.

Segundo Castells, “identidades são fontes mais importantes de significado do que papéis (como ser trabalhador, mãe e sindicalista – definidos por normas estruturadas pela sociedade), por causa do processo de autoconstrução e

individuação que envolvem.” (CASTELLS, 1999, p.23). As pessoas exprimem significados diversificados referentes a culturas e identidades específicas, ou a fatores culturais inter-relacionados e identidades múltiplas para um mesmo ator social. O autor entende que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções, considerando que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade seja construída.

Para Castells, a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder. Neste contexto, a ocorrência de movimentos sociais é praticamente inevitável. Por essa razão, o autor apresenta sua definição para tais manifestações como sendo “ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade” (CASTELLS, 1999, p.20). Relações de poder e consequentes processos de organizações coletivas representam processos semelhantes ao expostos por Bauman nos parágrafos anteriores. Ambos os autores indicam a importância em se conhecer os atores que constroem as identidades coletivas e as razões para esse tipo de construção.

Dessa forma, Castells propõe uma distinção entre três formas e origens de construção de identidades coletivas. A primeira delas é a identidade legitimadora, introduzida pelas instituições dominantes da sociedade. A segunda, a identidade de resistência, é criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica da dominação, e criam trincheiras de resistência, com base em princípios diferentes, ou ainda opostos, aos pertencentes a instituições sociais. A terceira, identidade de projeto, pode ser observada quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, buscando a transformação de toda a estrutura social. Segundo o autor, “identidades que começam como resistência podem acabar resultando em projetos, ou mesmo tornarem-se dominantes nas instituições da sociedade.” (CASTELLS, 1999, p.24).

Após tratar de contextos sociais que propiciam a formação de identidades coletivas, integro a este trabalho os estudos de David Snow (2001). O autor apresenta uma visão analítica e conceitual sobre o tema, em consonância com critérios e posicionamentos adotados por Bauman e Castells. Snow também considera as identidades coletivas como processos em construção, realizados por

atores sociais participando de diversos contextos (sendo priorizado, nesta dissertação, o envolvimento em movimentos sociais) e não, como propriedades constituídas ou inatas desses mesmos atores.

O autor apresenta três tipos conceitualmente distintos de identidade - pessoal, social e coletiva - ponderando que muitas vezes esses tipos se sobrepõem ou interagem. Considera as identidades pessoais, ou individuais, como autoatribuições ou autodesignações que podem derivar de categorias de pertencimento. As identidades sociais são atribuídas a outros na tentativa de situá-los em um espaço social, sendo normalmente fundamentadas por papéis sociais ou categorias mais amplas como as de gênero, étnicas e de nacionalidades.

Para a identidade coletiva, Snow esclarece não haver um consenso em relação a essa definição entre pesquisadores. Contudo, indica que sua ideia principal sobre o conceito reside no senso compartilhado de *we-ness*, baseado em atributos e experiências, reais ou imaginadas, entre aqueles que se incluem na coletividade e em relação ou contraste a uma ou mais concepções de *others* (outros). Inserido na ideia do senso compartilhado de *we* (nós) está o sentido de agência coletiva, que é a ação componente da identidade coletiva que, não só sugere a possibilidade de ação coletiva em busca de interesses comuns, mas que também suscita a realização da referida ação.

Snow apresenta fatores que distinguem as identidades coletivas das sociais e individuais, elucidando o leitor sobre algumas de suas características básicas. A primeira delas é a de que as identidades coletivas podem ou não estar inseridas em identidades sociais existentes, considerando-se que são emergentes. O autor ilustra esta citação mencionando as identidades coletivas que surgem no decorrer da dinâmica de movimentos sociais de protesto. A motivação para este tipo de evento, relacionado ao senso compartilhado de *we* (nós), é animado e mobilizado cognitivamente, emocionalmente e algumas vezes moralmente, em nome dos interesses da coletividade. Essa sensação impulsiona ao movimento de agência coletiva. Dessa forma, as identidades coletivas tendem a ser mais fluidas e transitórias do que as identidades individuais e sociais.

Procuo, neste momento, estabelecer uma correlação entre os processos de construção social de identidades coletivas apresentado por Castells, o conceito e características sugeridas por Snow para esse tipo de identidade, e a concepção de guetificação voluntária estabelecida por Bauman. Segundo este autor, os guetos

reais (prisões, no caso da minha pesquisa) implicam na negação da liberdade, enquanto os guetos voluntários pretendem servir à causa da liberdade⁵. Bauman escreve que os guetos reais são lugares dos quais não se pode sair, enquanto o principal propósito do gueto voluntário, ao contrário, é impedir a entrada de intrusos, não impedindo o livre acesso aos que a ele pertencem, sugerindo que

A guetificação é paralela e complementar à criminalização da pobreza; há uma troca constante de população entre os guetos e as penitenciárias, um servindo como crescente fonte para a outra. Guetos e prisões são dois tipos de estratégia de ‘prender os indesejáveis ao chão’, de *confinamento* e *imobilização*. (BAUMAN, [2001] 2003, p.109).

O autor constrói a imagem da prisão como sendo um gueto com muros, e a do gueto como sendo uma prisão sem muros. Esclarece que a diferença principal entre os dois conceitos se dá pela maneira com que seus internos são mantidos no lugar e supostamente impedidos de fugir nos dois casos. Considerando que no mundo globalizado a mobilidade se tornou um fator importante de estratificação social, a condição de exclusão é desonrosa para as classes mais baixas e pobres. Segundo Bauman, “compartilhar o estigma e a humilhação pública não faz irmãos os sofredores” (BAUMAN, 2003, p.110). Os indivíduos podem não gostar de compartilhar o estigma, e o sentimento comunitário pode não ser espontâneo.

Bauman avalia que a vida no gueto impossibilita a formação de uma comunidade, por motivo da segregação imposta e da condição de imobilização, tornando o mundo exterior, um universo sedutor. Dessa forma, assim como Bauman, acredito que as imposições sociais não sejam as únicas determinantes para a formação de identidades coletivas. Contudo, sua influência não pode ser desconsiderada, principalmente, quando estudamos as razões para a formação de movimentos ou atos de resistência, assim como os seus atores, em especial, confinados em um presídio, tema desenvolvido neste trabalho.

O chamado “universo sedutor” do mundo exterior (por exemplo, a promessa de uma vida com garantia de um bom emprego, que distancie um apenado do mundo do crime) à comunidade (no caso do presente estudo, à coletividade dos apenados), pode não proporcionar a segurança ou a promessa de superação da condição do estigma, da vulnerabilidade ou da desvalorização do indivíduo. Portanto, a condição de apenado pertencente a uma facção criminosa

⁵ (BAUMAN, 2003, p.106).

pode representar a condição de resistência que faça parte do universo de possibilidades do indivíduo que, ao sentir-se discriminado, busca os chamados “cabides”, acima designados por Bauman, como pontos de sustentação e superação em conjunto, com indivíduos que experimentem dificuldades e anseios com características semelhantes.

2.2.2 Atos, discurso e identidade de resistência

Em *Acts of Resistance* (1998), Pierre Bourdieu critica a ideologia neoliberal, apresentando sua concepção de resistência a esse modelo. Seu estudo se refere à estrutura social e econômica do governo francês, nas últimas décadas do século XX. O autor escreve que o Estado retirou vários serviços do setor social, como escolas, hospitais e habitação, pelos quais era responsável. O que era descrito como uma crise da política seria, na verdade, desespero pela falha do Estado como guardião do interesse público, visto que a iniciativa privada em áreas de atendimento social estava sendo mais valorizada. A revolta ultrapassou a questão dos baixos salários, incluindo a falta de condições para o trabalho.

A área em que o governo possuía maior campo de ação para articulações seria no campo simbólico. Contudo, exemplos de corrupção, nepotismo e clientelismo, por parte de membros do alto escalão do serviço público, seriam vistos com frequência, em lugar do comportamento exemplar esperado de representantes do governo: “O cidadão comum, sentindo-se excluído do Estado, rejeita-o, tratando essa instituição como um poder estranho ao bem comum, usado apenas para suprir interesses próprios.” (BOURDIEU, 1998, p.4).

Ao ser indagado (visto que o livro foi originado de uma entrevista concedida pelo autor) sobre um momentâneo vazio no campo dos ideais e das palavras (poder simbólico exercido pelo Estado), Bourdieu responde que os políticos com real formação em ciências políticas são incentivados a usar termos e um discurso voltados para aspectos da administração e da racionalidade econômica. Contudo, a análise feita pelo FMI, que aponta para o caos da política econômica mundial, registrando a delinquência, o crime, o alcoolismo, enfim, o estado emocional de infelicidade, como resultados dessa política, não define

caminhos que possibilitem o entendimento das reais necessidades do interesse público.

O trabalho dos “novos intelectuais” - sem poderes críticos, de oposição e de defesa à população, segundo o autor - criou um clima favorável à retirada do Estado e à submissão aos valores da economia. Seria um retorno ao individualismo, que tende a destruir os fundamentos filosóficos do Estado provedor de bens sociais e em particular a noção de responsabilidade coletiva (em relação a acidentes industriais, doenças e pobreza) que têm sido um alcance fundamental do pensamento social. O retorno ao individual é também o que torna possível “culpar a vítima”, que é inteiramente responsável pelo próprio infortúnio (desgraça) e de pregar o seu próprio credo de auto-ajuda; tudo isso sendo justificado pela necessidade recorrente de reduzir custos para as empresas.

Bourdieu sugere ser possível resistir à violência que é exercida diariamente na televisão, no rádio e nos jornais, por meio de expressão verbal, imagens estereotipadas e palavras convencionais. Por exemplo, os apenados entrevistados em minha pesquisa relatam diversos momentos em que dizem serem discriminados, ao serem citados pela imprensa como “bandidos durante as vinte e quatro horas do dia”. Dessa forma, é preciso que se tenha a clara consciência de que o efeito do hábito que esse meios produzem imperceptivelmente desperta, em relação a toda a população, o limiar da tolerância aos insultos racistas, traiçoeiramente reforçando todos os hábitos de pensamentos e comportamentos herdados por mais de um século de colonialismo.

As constantes perguntas dirigidas à população, por meio da TV, envolvendo temas polêmicos, inclinados a confundir o diálogo racional, normalmente induzem a um confronto de escolhas por lados opostos. Os jornalistas chamam esses temas de “problemas sociais” (o uso do véu, por exemplo, por muçulmanas nas escolas, como se fosse uma ameaça a princípios seculares da França). As visões parciais e maniqueístas, frequentemente associadas à tolerância hipócrita do pensamento comunitário, devem sempre ser analisadas rigorosamente.⁶

⁶ As frases apresentadas na edição de número 2193 de 01 de dezembro de 2010, da *Revista Veja*, “A guerra começa a ser vencida” (p.133) e “A batalha do bem contra o mal” (p.135), sobre a forma de combate ao tráfico nos ataques de novembro no Rio de Janeiro, indicadas na introdução deste trabalho, podem servir de exemplo para a referida discussão.

O mesmo panorama da economia de mercado internacional descrito por Castells, apresentado anteriormente nesta dissertação, é também analisado detalhadamente por Bourdieu. Este autor escreve sobre a unificação da economia mundial e os efeitos econômicos e sociais da nova divisão internacional do trabalho, ou ainda, a questão da função da educação e cultura em economias onde a informação se tornou uma das mais decisivas forças produtivas. Como Castells, Bourdieu sinaliza para uma retomada da democracia em lugar da tecnocracia.

Bourdieu destaca o papel da mídia em disseminar, em longo prazo, a ideia de que os valores neoliberais - o crescimento das forças econômicas e a produtividade e competitividade como o grande objetivo das ações humanas - são inevitáveis. Dessa forma, uma separação radical entre o econômico e o social representa a base de todos os pressupostos econômicos. Outra importante observação é a linguagem repleta de eufemismos, que invade diariamente a vida do cidadão comum, por meio da mídia.

Tais considerações sobre o cenário econômico mundial são realizadas em meu trabalho, porque as consequências na vida da população (em especial a classe trabalhadora) do Brasil, considerado um dos países emergentes e em expansão, são inevitáveis. Por exemplo, justificativas para demissões em massa por grandes empresas são associadas à ideia de que um corpo para ser energético deve ser fino ou enxuto. Enfim, um grande jogo com conotações e associações de palavras como flexibilidade, por exemplo, sugerem que “a mensagem neoliberal é uma mensagem universal de libertação.” (BOURDIEU, 1998, p.31).

Portanto, a questão dos desempregados no Brasil, principalmente no caso dos indivíduos com pouca qualificação profissional e que não desfrutam de apoio financeiro de familiares, acarreta a formação de comunidades que vivem em condições de extrema pobreza. Os chefes de família dessas comunidades normalmente precisam desenvolver formas alternativas de geração de rendas e muitas vezes são explorados por instituições clandestinas, ou são instigados (incluindo os membros mais jovens da família) por organizações criminosas a participarem de atos ilícitos para conseguirem recursos financeiros.

Segundo Bourdieu, o neoliberalismo é uma maneira inteligente e moderna de reapear as velhas ideias do capitalismo. Em nome da chamada competitividade e flexibilidade assumida pelas relações de trabalho, os ganhos sociais conquistados pelos trabalhadores – estabilidade, planos de saúde e

aposentadorias - são abandonados. A insegurança na manutenção do emprego afeta principalmente os jovens, acarretando problemas como a delinquência. Dessa forma, não me surpreende o fato de que os apenados entrevistados em minha pesquisa atribuam à falta de emprego e de oportunidades para as pessoas oriundas das comunidades carentes (como as em que, em geral, foram criados), algumas das razões que propiciaram sua entrada para o mundo do crime.

Bourdieu escreve que apenas poucos sociólogos costumam relacionar as razões de ocorrências de focos de rebelião em uma determinada cidade, a uma política financeira e econômica adotada em anos anteriores aos fatos. Todas as forças críticas da sociedade precisam insistir na inclusão dos custos sociais das decisões econômicas nos cálculos econômicos. Caso contrário, o autor questiona como será possível saber o custo, a longo prazo, de uma política que contribua para a perda de empregos, sofrimento, doenças, suicídio, alcoolismo, uso de drogas, violência doméstica em diversas áreas, etc.

A força da ideologia neoliberal é baseada em um tipo de neodarwinismo em que o mais brilhante e melhor é o que chega ao topo. Por trás da visão globalizada internacional dos grupos dominantes, existe uma filosofia baseada na hierarquia das competências academicamente garantidas. Os trabalhadores braçais são condenados à insegurança no trabalho e ameaçados de serem relegados à indignidade do desemprego. É o mais competente que governa e que possui emprego; há os vencedores e os perdedores.

A ideologia da competência serve muito bem para justificar uma oposição, a qual é semelhante à de senhores e escravos, explicando os privilégios obtidos pelas elites. Poucos receberão salários altíssimos e a grande massa estará condenada a empregos mal remunerados ou ao desemprego. A justificativa intelectual para esta teoria é a de que os pobres não são somente imorais, alcoólatras e degenerados, eles possuem, além disso, um déficit de inteligência.

Existe uma necessidade de se inventar novas formas de comunicação entre pesquisadores e ativistas, que significa uma nova divisão de trabalho entre eles. Uma das missões que os sociólogos podem suprir melhor que qualquer um é a luta contra a saturação pela mídia. Palavras e expressões repetidas diariamente nos meios de comunicação (aldeia global e globalização, por exemplo) podem transmitir uma visão mundial de fatalismo e submissão. Os sociólogos podem bloquear esta propagação forçada, criticando as palavras, auxiliando não

especialistas a se equiparem com armas específicas de resistência, a fim de combaterem os efeitos da autoridade e da televisão, a qual possui uma função ativa na vida das pessoas.

A competição pelo trabalho tende a gerar uma luta de todos contra todos, o que destrói os valores de solidariedade e humanidade. Contra esse sistema político de destruição metódica de coletividades, uma atividade militante pode primeiramente encorajar as vítimas da exploração e da insegurança (lembrando que o interesse dos trabalhadores estaria ligado ao dos desempregados) a resistirem contra a desestruturação, o desrespeito a si mesmos e a alienação. Acima de tudo, é fundamental mobilizar as classes trabalhadoras em escala internacional, neutralizando e combatendo a política de indução à insegurança e competição criada entre os trabalhadores de diferentes países.

As forças de resistência ao estabelecimento da nova ordem, consideradas pela ideologia neoliberal como “conservadoras” (por reivindicarem benefícios trabalhistas conquistados em lutas passadas), podem se tornar forças subversivas. Deve haver lugar para coletividades (sindicato, associações e partidos) orientadas em direção à busca racional por fins coletivamente definidos e aprovados, em defesa do interesse público.

Em resumo, associado à análise de Bourdieu, retomo a questão do surgimento da sociedade em rede apresentada por Castells no capítulo destinado à formação de identidades coletivas. O autor indica que as elites dominantes ocupam um espaço de fluxos de atividades econômicas que penetram todos os níveis da sociedade - noção de extraterritorialidade⁷ -, desarticulando as sociedades civis, não havendo mais continuidade entre a lógica da criação de poder na rede global e a lógica de associação e representação em sociedades e culturas específicas. Dessa forma, as identidades consideradas segregadas (as chamadas “minorias étnicas” nos termos de Bauman) se organizam para a reconstrução de identidades defensivas em torno de princípios comuns (CASTELLS, 1999, p.27).

Castells escreve que a construção da identidade de resistência, leva à criação de comunidades. Essa construção origina formas de resistência coletiva diante de uma circunstância opressora – retomo a questão da condição de atores

⁷ Conforme BAUMAN, 2003, p.53.

que se encontram em posições desvalorizadas ou estigmatizadas em determinada estrutura de poder. O autor sugere que a referida situação de opressão não seria suportável se os indivíduos que se reconhecessem excluídos (por suas identidades definidas pela história, geografia ou biologia, ou seja, essencializadas) não reagissem coletivamente. A inversão dos termos do discurso opressivo (como no movimento gay, por exemplo), ou a auto-afirmação nacionalista, são manifestações que constroem uma identidade defensiva em relação às instituições dominantes, revendo valores e reforçando os limites de resistência.

Observando contextos mais específicos que Bourdieu, mas também profundamente vinculados a relações de poder e movimentos de resistência a instituições e autoridades legais, Patrícia Ewick e Susan Silbey, no artigo *Narrating Social Structure: Stories of Resistance to Legal Authority*, utilizam histórias narradas por cidadãos comuns para abordar a referida temática. As autoras propõem que “o ato de contar histórias amplia as dimensões temporal e social, o que poderia, de outro modo, ser uma interação simples e efêmera.” (EWICK & SILBEY, 2003, p.1328).

É importante registrar que as autoras utilizam os termos *transaction* - troca mutuamente constitutiva (interpreto como uma forma de interação entre entidades em formação, que se constroem juntas) - e *interaction* - troca entre entidades já formadas e distintas - para diferenciarem o tipo de comunicação que os autores em geral utilizam, com a denominação de interação. Utilizarei o termo interação para as duas situações neste estudo, pois não considero necessário diferenciá-los, para trabalhar com meus dados.

Bourdieu descreveu a importância dos intelectuais em organizarem atos de resistência, contra a utilização dos meios de comunicação pelos representantes das ideologias dominantes (forma de propagação em massa de conceitos e propostas que sustentem a permanência no poder). Por outro lado, Ewick e Silbey propõem que a principal maneira para difundir as consequências sociais da resistência é transformar um ato de resistência em uma história sobre resistência. Por essas histórias serem contadas em interação com outras histórias, elas se tornam parte de um fluxo de conhecimento sociocultural sobre como estruturas sociais operam para distribuir poder e desvantagem.

Nessa perspectiva, a resistência é possibilitada e coletivizada, em parte, pela circulação de momentos narrativos, quando a estrutura social é exposta e a

orientação usual de coerção é derrubada. As autoras destacam que não só as formas de ação coletiva (greves, boicotes ou revoluções) marcam rupturas na história. Vários pesquisadores têm mencionado que pequenos atos de desafio realizados por pessoas em posições de subordinação também fazem história.

Esses atos diários de resistência representam as maneiras pelas quais pessoas em posições de subordinação se acomodam em relação à estrutura de poder, enquanto simultaneamente protegem seus interesses e identidades. As oportunidades para a resistência se originam do exercício regular do poder, ou seja, da familiaridade com uma organização particular da sociedade. Por meio de envolvimento diários, os indivíduos identificam os pontos fracos e vulneráveis do poder institucionalizado, como a lei, por exemplo.

Para as autoras, tanto o poder dominante quanto a resistência à autoridade institucionalizada partem de um ponto comum de recursos socioculturais, incluindo fenômenos simbólicos, linguísticos, organizacionais e materiais. Entretanto, alguns atores possuem a vantagem de terem acesso aos esquemas e recursos que são desenvolvidos nas relações. Nesta estrutura, um ato de resistência pode ser entendido como uma tentativa consciente de alterar a dinâmica ou desafiar o estado adquirido das relações de poder.

Sobre as origens das relações de poder e resistência, as autoras escrevem que noções de autoridade e poder, incluindo avaliações de legitimidade e injustiça, são necessárias para se atuar em qualquer sistema social. Essas noções geram conformidade a expectativas sociais e ao mesmo tempo permitem, e algumas vezes encorajam resistência a normas, autoridade e poder (EWICK & SILBEY, 2003).

Ao estudarem alguns conceitos para o termo “poder”, consideram por meio destas formulações que o poder é o resultado de interações sociais e, desse modo, identificado como uma possibilidade de alcançar efeitos previstos. Sendo assim, o poder não é algo que possa ser possuído, fazendo parte de uma relação social entre superiores e subordinados, em que as consequências de uma série de interações dependem das contribuições de todas as partes.

Essa concepção relacional sugere que o poder não é concretizado somente num confronto direto. Consideram a assimetria presente nas relações de poder, entre o detentor do poder e o subjugado, mas não subestimam a reciprocidade da influência exercida pelos mais fracos. Ambos superiores e subordinados podem

também compartilhar valores e objetivos e não vivenciarem conflitos de escolhas. Além disso, o poder frequentemente opera de maneiras imperceptíveis por meio de instituições e símbolos culturais. As relações tornam-se assim tão rotinizadas que a distribuição de influência, assim como os benefícios e custos nestas interações podem ser relativamente imperceptíveis.

A institucionalização do poder, por meio das leis é um exemplo de que a subordinação a uma pessoa é transformada em subordinação a um princípio. Os atores sociais são, desse modo, compelidos a ações padronizadas, sem saberem de onde ou de quem as coações se originam. A hegemonia é frequentemente usada para se referir a este tipo de sistema de poder. Ela é produzida e reproduzida nas interações diárias, onde é vivenciada como norma e frequentemente não anunciada, incontestada e aparentemente não aberta à negociação.

Ao citarem Gramsci (1971), as autoras concebem a noção de resistência ao poder como a operação por meio da apropriação dessas mesmas estruturas de poder. A resistência, assim como o poder, é parte dos recursos estruturais disponíveis aos participantes relacionais. Um conhecimento de como as estruturas de atividades diárias são produzidas rotineiramente nos possibilita dizer como proceder para que ocorra a produção efetiva de distúrbios desejados naquelas estruturas e relações. (EWICK & SILBEY, 2003).

Para se reconhecer um ato de resistência, não se pode recorrer apenas às práticas de furto, trapanças, violência, ou ameaças de violência, rompimentos com instituições, humor, fofoca ou contação de histórias. Nem sempre um desses atos representam resistência. Um ato de resistência deve invocar uma interpretação particular da situação em que ocorrem, incluindo o seu planejamento, real necessidade e intenção.

Ewick e Silbey apresentam algumas características referentes à condição de resistência. A primeira é que a resistência assegura uma consciência de ser menos favorecido numa relação de poder. Dessa forma, as práticas de resistência são diferenciadas pela autoconsciência do ator, por uma compreensão particular de si mesmo e do outro, e por se estar contra alguma coisa ou contra alguém. Para produzir resultados inesperados em interações institucionalizadas, a resistência envolve atenção especial e desdobramento do esquema básico e de recursos operacionais em interações convencionalizadas.

A resistência também requer uma consciência de oportunidade; uma abertura na situação por meio da qual uma pessoa poderia intervir e contornar a situação para seu próprio proveito. Desse modo, a resistência representa uma consciência tanto de coerção e autonomia quanto de poder e possibilidade.

Aqueles que praticam a resistência tática possuem acesso limitado aos recursos que, de outro modo, poderiam ser convertidos em poder dentro da situação, como dinheiro, posição social, rede de relações, educação, ou outras formas de capital cultural. Como consequência, os atos de resistência utilizam maneiras criativas, recursos que estão à mão, ou ainda, os mesmos aspectos da estrutura social que apoiam o poder e a dominação.

Os atos de resistência também podem clamar por justiça, envolvendo avaliações de que o poder produziu restrições, oportunidades e situações injustas. Contudo, essas práticas de resistência, por nem sempre poderem contestar abertamente as estruturas de poder, são intencionalmente elaboradas, de forma a não serem reconhecidas ou detectadas por aqueles contra quem os atos tenham sido direcionados. Dessa forma, permanecendo na clandestinidade, os atos de resistência se preservam no mesmo espaço do poder e não proveem opinião ou justificativa pública.

Por último, pelo fato da hegemonia apresentar certas ações convencionalmente impensáveis, a resistência é frequente e institucionalmente indecifrável. Este fato significa que não existem procedimentos de padrões operacionais antecipando, taxonomias classificando ou regras proibindo tais práticas. Como as mais organizadas formas de desafio, os atos de resistência criam uma medida de incerteza situacional. Em que forma ou em qual lugar a resistência irá aparecer é algo indeterminado.

As instituições também podem limitar os efeitos a longo prazo de atos repetidos de resistência. Práticas organizacionais são frequentemente reestruturadas para fazerem com que as táticas de resistência sejam novamente decifráveis e controladas. Dessa forma, é possível encontrarmos marcas de práticas de resistência no desenvolvimento de regras e procedimentos das organizações modernas.

As histórias de resistência estudadas por Ewick e Silbey estão intimamente ligadas a diversos atos de resistência em contextos da vida cotidiana da sociedade. Porém, estes mesmos atos de resistência se relacionam com os atos abordados em

esferas mais amplas (resistência a atos considerados injustos nas relações de trabalho e resistência a autoridades e à lei), apresentados por Bourdieu. Este autor apresentou as questões dos trabalhadores explorados nas frentes de trabalho, com ameaças de desemprego e baixos salários por determinação de uma economia de mercado orientada por uma ideologia neoliberal.

As histórias de resistência analisadas pelas autoras, assunto a ser abordado no capítulo destinado a narrativas de resistência, apresentam um entendimento por parte dos narradores de que a ação social nas sociedades modernas é organizada primeiramente por meio de papéis sociais, regras, hierarquia, tempo ou espaço. Nas histórias de resistência esses aspectos da estrutura social são usados para reverter o que os protagonistas vivenciaram como situação injusta de subordinação. O conteúdo dessas histórias de resistência, segundo as autoras, reflete e mobiliza as experiências comuns de relativa impotência que as estruturas sociais produzem e a hegemonia obscurece.

Desse modo, quando as formas diárias de resistência são transformadas em histórias descrevendo o funcionamento das estruturas sociais, elas não são individualistas, temporárias ou inconsequentes. Esse conhecimento compartilhado e recontado por meio dessas histórias pode transformar esses atos coletivos em movimentos de resistência. Lembrando o processo de construção de identidades coletivas descrito por Castells, esses movimentos de resistência podem contribuir para a construção de identidades de resistência.

2.3 A interação face a face e a entrevista

As informações sobre as condições e motivos dos participantes envolvidos em um encontro social são fundamentais para o processo de análise de narrativas, em especial, neste trabalho, para a análise de histórias de vida obtidas em situação de entrevista. Por essa razão, apresento alguns conceitos utilizados pela sociolinguística interacional e algumas reflexões sobre as condições que permeiam uma situação de entrevista no intuito de gerar dados para uma pesquisa na área de estudos da linguagem.

2.3.1 Conceitos utilizados para a análise de interações face a face

Para Goffman a fala é socialmente organizada. O autor, além de considerar as condições sócio-históricas (nível macro de análise) que influenciam a elaboração do discurso, enfatiza um pequeno sistema de ações face a face (nível micro de análise) – um encontro social – que, como em processo de elaboração, mesmo submetida a restrições linguísticas, mantém os participantes de uma conversa em processo de comunicação (GOFFMAN, [1964] 2002, p.19). Em seguida, apresento alguns conceitos desenvolvidos por autores que redimensionam a sociolinguística interacional, que são utilizados neste trabalho.

Ao analisar participantes interagindo em “situação social”, torna-se fundamental considerar que as “situações sociais” possuem propriedades e estruturas próprias e que não, simplesmente, propiciam a reunião de “atores que produzem fala e atores que carregam certos atributos sociais.” (GOFFMAN, [1964] 2002, p.16). Dessa maneira, a fala de cada participante, impregnada de valores, preconceitos, desejos, dúvidas e traços representativos de estruturas sociais e de poder, contribui para, mas não define, o desenrolar da comunicação estabelecida em um encontro social.

Considerando a análise micro e situacional de uma interação social, recorre-se ao conceito de “contexto” na análise do discurso. A indagação de Goffman sobre a interpretação de uma situação social nos remete aos indicadores contextuais: “o *aqui* direciona a interpretação para o contexto social e o *agora* remete ao momento da interação em curso.” (GOFFMAN, 1974, apud RIBEIRO & PEREIRA, 2008, p.50). Sendo assim, a percepção e o envolvimento de cada participante - ou melhor, a predisposição de cada indivíduo em participar da situação - contribuem para a manutenção ou não da conversa.

Erickson e Shultz (2002) estudam sobre mudanças de contexto e a consequente redistribuição na relação entre os papéis dos participantes em interação, produzindo diversas configurações da ação conjunta, denominadas “estruturas de participação”. Destacam que essas estruturas englobam maneiras de falar, de ouvir, de obter o turno na fala e mantê-lo, de conduzir e ser conduzido.⁸

⁸ Erickson e Shultz ([1981] 2002, p.218).

O contexto de uma situação pode ser compreendido com base no conceito de “enquadre” introduzido por Goffman (1974) e reescrito por Deborah Tannen e Cynthia Wallat ([1987] 2002) se referindo “à definição do que está acontecendo em uma interação, sem a qual nenhuma elocução (ou movimento ou gesto) poderia ser interpretado.” (TANNEN & WALLAT, 2002, pg.188). As autoras também desenvolvem o conceito de “esquemas de conhecimento” para nos transpor “às expectativas dos participantes acerca de pessoas, objetos, eventos e cenários no mundo.” (TANNEN & WALLAT, 2002, pg.189). Entendem que o conhecimento e as experiências anteriores dos participantes, em relação a qualquer fator que possa ser contextualizado, interferem na percepção do quadro estabelecido na interação.

Em 1979, Goffman apresenta o conceito de *footing* como aspecto dinâmico de quadro dando ênfase ao alinhamento ou à projeção de um indivíduo na relação com o outro, consigo mesmo e com o seu discurso. Descreve o “alinhamento” como o posicionamento assumido, ou postura assumida do participante em interação, que fica sujeito a mudanças durante o processo interacional, ocasionando uma mudança de *footing*.

Muitas vezes essas mudanças de alinhamento no discurso são sinalizadas, ou ocorrem por sinalizações verbais ou não-verbais, contextualizadas, emitidas, geralmente de forma inconsciente, pelos interlocutores, chamadas de “pistas de contextualização.” (GUMPERZ, [1982] 2002, p.152). Por estarem vinculadas a um determinado contexto, e dependerem do repertório linguístico, historicamente determinado de cada participante, as pistas podem ser fundamentais para uma boa manutenção da comunicação ou podem gerar divergências e mal-entendidos durante a interação.

Nesta pesquisa com apenados, a situação de entrevista realizada por meio da sugestão de temas a serem desenvolvidos pelos entrevistados (em especial, histórias de vida) não corresponde ao modelo conversacional padrão da conversa cotidiana. Porém, alguns conceitos básicos da análise da conversa, desenvolvidos abaixo, serão utilizados na análise dos dados.

Segundo Marcuschi, ao considerar a universalidade empírica da regra “fala um de cada vez” (MARCUSCHI, 2007, p.17), os autores relacionados aos estudos da análise da conversa Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) “sugeriram um sistema válido para interações espontâneas, informais, casuais, sem hierarquia de falantes,

que é a um só tempo livre de contexto e mantém extraordinária sensibilidade contextual” (MARCUSCHI, 2007, p.17). Primeiramente, um turno de fala pode ser considerado como “aquilo que um falante faz ou diz enquanto tem a palavra, incluindo aí a possibilidade do silêncio.” (MARCUSCHI, 2007, p.18). A passagem de um turno a outro recebe especial atenção também pelos autores, visto que a maneira como ocorre uma tomada de turno sugere um elemento que organiza a atividade conversacional. Dessa forma, falas simultâneas e sobrepostas, assim como as pausas e os silêncios, podem representar momentos cruciais para transição entre turnos da fala.

A noção de sequencialidade dos turnos remete à ideia de que “uma coisa leva à outra” (HAVE, 1999, p.113), considerando o fato de que “as ações constituídas pelo uso da linguagem em interação social são organizadas em sequências de elocuições produzidas por diferentes participantes.” (LODER, SALIMEN, MULLER, 2008, p.40). Há uma preocupação em se produzir a própria elocução, por parte de cada falante, sobre o que foi dito pelo anterior, de forma ordenada.⁹ Os estudos de Sacks, Schegloff e Jefferson (1977) apresentam e denominam a organização de reparos. Estes podem ser sintáticos, lexicais, fonéticos, semânticos ou pragmáticos, em que o falante pode corrigir a si mesmo ou a terceiros. Os problemas de escuta, de produção e de entendimento do que foi dito, são tratados por este processo de “edição” conversacional.

Os conceitos apresentados neste item (2.3.1) são imprescindíveis para o aspecto local e situado dos dados em análise, para poder examinar como os participantes alteram ou mantêm o comportamento, ou a forma de se posicionarem. Essas estratégias ou condições são utilizadas, seja para afirmarem seu papel na interação face a face, ou para preservarem a imagem que se propõem a representar para outro interlocutor.

2.3.2 A situação de entrevista

Mishler (1986), em seu estudo sobre análise de narrativas, discute algumas características essenciais de entrevistas consideradas como eventos de fala, ou

⁹ De acordo com Have In : Loder, Salimen, Muller, 2008, p.40. (HAVE, 1999, p.113 apud Loder, Salimen, Muller, 2008, p.40).

como discurso construído em conjunto. O autor considera que por meio da linguagem descrevemos objetos e eventos, explicamos como algo funciona e por que alguma coisa aconteceu, ou ainda, persuadimos outras pessoas no curso de uma ação e de experiências narrativas (MISHLER, 1986, p.67). O autor sugere que cada uma das funções acima possui uma estrutura diferente. Porém, neste capítulo, o foco será direcionado para as repostas de entrevistados, por meio de narrativas ou histórias.

O autor inicia o texto com uma crítica ao padrão de abordagem tradicional na situação de entrevista. A limitação do entrevistado a responder a perguntas específicas deve ser substituído pela observação à maneira com que as repostas podem estar interligadas a um relato consistente, em forma de uma história. Esta condição amplia as possibilidades do entrevistador apresentar problemas que não seriam claramente observáveis no modelo perguntas e repostas.

Mishler indica que a condição de contar histórias em conversas em nossa vida diária é um fato comum. Porém, este processo tem sido suprimido nas situações de entrevistas, em geral, pelos entrevistadores, que consideram histórias como registros difíceis de serem analisados e quantificados. Por essa razão, para se obter histórias em entrevistas é aconselhável empregar entrevistas com estruturas flexíveis - perguntas em aberto - em que os respondentes sejam estimulados a usarem suas próprias palavras, podendo controlar e conduzir os tópicos sugeridos.

No contexto específico de entrevista, o papel do entrevistador na produção da história é evidente de duas maneiras. Primeiro, o entrevistador permite que o entrevistado continue sua história sem interrupção, mesmo parecendo que a resposta não seja relevante para a sua indagação. O entrevistado deve se sentir confiante, além dos limites de um simples turno da conversa. Segundo, o entrevistador representa a plateia para quem o respondente está se apresentando de forma particular e reservada.

Mishler discorre sobre preocupações comuns entre pesquisadores, dentre as quais, algumas me indicaram caminhos para a geração e análise de dados. Segundo o autor, qualquer abordagem para a análise de narrativas deve lidar com a tríade de tópicos linguísticos: a sintaxe (relacionada à estrutura), a semântica (relacionada ao significado) e a pragmática (relacionada ao contexto interacional).

Porém, os pesquisadores variam na maneira com que formulam e priorizam esses fatores. (MISHLER, 1986, p.74-75).

Para alguns pesquisadores, a questão central é se existe um padrão típico ou mesmo universal de estrutura narrativa. Neste caso, investiga-se um padrão de unidades de uma história, organizados de modo sistemático, relacionado à maneira com que os elementos gramaticais são dispostos em frases. Outros estão interessados no conteúdo, ou seja, em como diferentes tópicos são desenvolvidos no curso de um relato, a fim de que episódios separados sejam interligados numa história coerente e compreensível. Há também os pesquisadores que estudam como a construção de uma história é afetada pelo ambiente no qual é construída. Mishler não estabelece normas ou define procedimentos para a atuação do entrevistador, contanto que seja permitido ao narrador que o ato de contar suas histórias seja um modo importante de dar significado a suas experiências – de expressá-las e de compreendê-las.

2.4 Estudos sobre narrativas

Vários autores e pesquisadores da área de análise do discurso vêm dedicando, nas últimas décadas, atenção especial ao estudo sobre análise de narrativas. De acordo com Bastos (2005), “nessa atividade de narrar, não apenas transmitimos o sentido de quem somos, mas também construímos relações com os outros e com o mundo que nos cerca.” (BASTOS, 2005, pg.74). É nessa mesma linha que Barbara Johnstone (2001) indica que a tendência do ser humano em dar sentido ao mundo por meio da racionalidade transformou-se, de forma crescente, a partir da metade do século passado, como uma tendência em contar histórias, dando sentido ao mundo por meio de narrativas.¹⁰

Os estudos de narrativas são desenvolvidos também em outras áreas das ciências humanas e sociais. Em psicologia cognitiva verificamos o trabalho de Jerome Bruner (1998). Segundo o pesquisador, é a cultura, e não a biologia, que molda a vida e a mente humanas, dando significado a suas ações, que passam a fazer parte de um sistema interpretativo. Dessa forma, para Bruner, todas as

¹⁰ Barbara Johnstone (2001, p.635).

culturas possuem uma psicologia que ele chamou de “cultural”, ou “popular,” ou ainda de “senso comum”, que representa “um sistema pelo qual as pessoas organizam sua experiência no mundo social, seu conhecimento sobre ele e as trocas que com ele mantêm” (BRUNER, [1998] 2004, p.41). Portanto, segundo o autor, o princípio organizador da psicologia cultural é narrativo, e não conceitual.

Os estudos narrativos são também empregados em pesquisas referentes a práticas sociais que vivenciamos. Desde as formas de organização familiares consideradas estáveis quanto à condição de segmentos da sociedade ainda hoje considerados fora dos padrões hegemônicos, como gays, lésbica e negros, por exemplo, podem ser vistos e posicionados de forma diferenciada à luz dos estudos sobre identidades sociais. Moita Lopes (2001) apresenta a aproximação teórica da questão das identidades sociais com a visão discursiva de viés socioconstrucionista dessas identidades, incluindo os estudos narrativos para contribuir para a compreensão dessa temática.

O autor se baseia na concepção do discurso dialógico de Bakhtin (1981), o qual considera que toda palavra se dirige a alguém. Moita Lopes destaca que esta forma de analisar o discurso “dá acesso aos significados com os quais se vivem na vida institucional, na cultura e na história, tornando possível entender como se vêem os outros a sua volta, ou seja, suas identidades sociais” (LOPES, 2001, p.59). O autor sugere que não há discurso que ocorra em um vácuo social.

Um dos estudos sobre como os indivíduos constroem as suas identidades ao narrar histórias é realizado por Anna De Fina (2006). A autora investiga a questão identitária com o objetivo de entender a relação entre o sentido de pertencimento a uma comunidade, a crenças e práticas que definem essa concepção de pertencimento, e à maneira com que esta condição se manifesta na conduta do homem na sociedade em que vive.

Segundo De Fina, analisando a construção das relações entre identidades e ações é possível identificar a natureza das autorrepresentações de grupo, ou seja, verificar características nas descrições que os indivíduos fazem de si mesmos e dos outros, e os efeitos que o pertencimento a uma categoria tem para a ação social. É por intermédio de suas histórias que os narradores desenvolvem e demonstram suas autorepresentações, ou imagens, sobre identidades coletivas.

Neste estudo, utilizarei a estrutura de análise de narrativas desenvolvida por Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972) em interface com os estudos

narrativos de histórias de vida apresentado por Charlotte Linde (1993). Outras considerações, como a análise de narrativas obtidas por meio de entrevistas (Mishler, 1986), por exemplo, ou o estudo sobre narrativas de resistência (Ewick & Silbey, 2003) também são fundamentais para o desenvolvimento de minha pesquisa.

2.4.1 O modelo laboviano

Neste trabalho utilizo a contribuição dos estudos de Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972), verificando os componentes estruturais da narrativa por eles definidos, para analisar as narrativas geradas nas histórias contadas pelos respondentes da minha pesquisa. Os autores definem narrativa como “um método de recapitular experiências passadas, combinando uma sequência verbal de orações com uma sequência de eventos que (infere-se) ocorreram de fato.” (LABOV, 1972, p.361).

Segundo Bastos (2005), os autores consideram que uma narrativa deve remeter a um acontecimento específico, manter uma sequência temporal, ter um ponto – motivo pelo qual a história é contada – e ser contável (fazer referência a algo extraordinário). Contudo, a exigência de verbos no tempo passado nem sempre é adotada por outros autores e pesquisadores. De acordo com a autora, as histórias contadas são muitas vezes incompletas e difusas, sendo difícil identificar a entrada e a saída nestes segmentos de fala. Dessa forma concebe que essas histórias narradas podem remeter a experiências passadas, possíveis, futuras ou hipotéticas.

Labov e Waletzky (1967) são considerados os primeiros a empregarem métodos de análise linguística a narrativas obtidas por meio de entrevistas, com o objetivo de “apresentar uma estrutura analítica para a análise de versões orais de experiências pessoais em inglês” (LABOV & WALETZKY, 1967, apud Mishler 1986, p. 77). Para Mishler (1986), o modelo dos autores serve como uma introdução a outras abordagens destinadas ao estudo de narrativas mais complexas e que explorem outras funções.

Para Labov (1972) alguns dos componentes da estrutura da narrativa são optativos e outros são obrigatórios. O “resumo” representa um enunciado que sumariza a narrativa. Em seguida, ou intercalando outros momentos da narrativa,

pode ocorrer a “orientação”, que contextualiza a história, indicando o tempo, o lugar, as circunstâncias e as pessoas envolvidas.

Segundo o autor, a “ação complicadora”, que é a narrativa propriamente dita, é o único componente obrigatório, formado por uma sequência ordenada de enunciados no passado - orações narrativas. Por meio dessa concepção de narrativa, o autor define uma narrativa mínima como uma sequência de duas orações que são temporalmente ordenadas. Como numa narrativa composta por mais orações, uma mudança nesta sequência temporal altera a interpretação semântica da história, devido à inversão dos fatos ocorridos.

Labov identifica a “avaliação”, como um elemento de extrema importância na narrativa, por conter informações sobre a carga dramática e a razão de ser da narrativa, ou seja, o seu ponto. O autor distingue avaliação externa como sendo o momento em que “o narrador para a narrativa, vira-se para o ouvinte e diz a ele qual é o ponto da história” (LABOV, 1972, p.371). As chamadas avaliações encaixadas preservam a continuidade dramática da história introduzindo falas relacionadas, do próprio narrador ou de outras pessoas que avaliam suas ações.

Labov destaca elementos de avaliação marcantes da narrativa como os intensificadores (recursos de repetição, fonologia expressiva e quantificadores), elementos de comparação, correlação, explicação e operadores argumentativos. O autor indica também que é relativamente rara a presença de complexidade sintática na narrativa, dizendo que ela deve ter um efeito significativo quando ocorrer. Muitas vezes o narrador pode indicar o fim da narrativa com a “coda”, como elemento avaliativo, ou simplesmente com alguma expressão que retome a conversa.

Labov (1972) descreve uma narrativa completa, ou canônica, como sendo iniciada por um resumo, seguido da orientação, de uma ação complicadora (o que aconteceu), sendo interrompida temporariamente para focar no processo de avaliação. Em seguida, o narrador conclui com a resolução da narrativa e retoma a conversa com seus interlocutores para o momento presente, por meio da coda.

2.4.2 Histórias de vida em processo de construção

Charlotte Linde, em *Life Stories* (1993), sugere que existe no meio social uma necessidade do indivíduo possuir uma história de vida coerente, aceitável e

constantemente revista, que contribui para um estado de equilíbrio pessoal e aceitação social. A autora entende uma história de vida “como uma unidade oral descontínua compartilhada e negociada entre pessoas, contada em partes distintas, durante um longo período de tempo.” (LINDE, 1993, p.4).

Elucidando a definição acima, a autora primeiramente considera uma história de vida como uma unidade social, compartilhada entre pessoas, em vez de elaborada solitariamente pelo cérebro humano. Em seguida, como uma unidade oral, diferenciando-a, por exemplo, de uma autobiografia escrita devido a diferentes propósitos e características. Por último, indica que uma história de vida é também considerada uma unidade descontínua, contada em partes separadas no decorrer de um longo período de tempo. Portanto, por serem unidades longas, as histórias de vida estão sujeitas a serem revisadas, caso significados sejam renovados quando as histórias são recontadas. Os motivos podem ser relacionados a histórias contadas para diferentes plateias, em diferentes circunstâncias ou em épocas diferentes. Os indivíduos podem contar diferentes narrativas sobre os mesmos fatos e sobre as razões pelas quais ocorreram.

Segundo Linde as histórias de vida expressam nosso *self*, ou seja, quem nós somos e como nos tornamos o que somos, ocasionando formas de pertencimento a grupos e compreensão de padrões morais. As histórias de vida servem como um modelo para uma análise linguística unificada, que parte do nível individual de construção de frases, passa pelo processo de negociação social de narrativas, e atinge o nível social de sistemas de crenças, de sua história e de seus efeitos na construção dessas narrativas.

O conceito de descontinuidade apresentado por Linde não se opõe à possibilidade de coerência, presente em toda a história de vida de um narrador. Linde considera coerência como a propriedade do texto que relaciona as suas partes entre si, ao texto como um todo e a outros textos do mesmo tipo. A sequência alcançada pela ordenação temporal de uma unidade descontínua, mesmo por meio de partes separadas da história, é um fator relevante para a obtenção desse conceito.

A autora reconhece, entre outras condições, que uma construção que possua coerência requer “uma realização cooperativa do narrador com o ouvinte” (LINDE, 1993, p.12). Ressalta que a coerência textual que o ouvinte constrói pode não constituir o mesmo texto que o falante acredita ter construído. Se a

discrepância for mínima, provavelmente não será percebida, mas, se for expressiva, pode ser necessária uma negociação para se entender o significado do texto.

Segundo Linde, pouca pesquisa tem sido realizada sobre o assunto, mas as histórias que podem fazer parte de uma história de vida, provavelmente, começam a se desenvolver no início da adolescência. A autora justifica este fato como sendo o período em que a noção de identidade social começa a ser formada no indivíduo.

Em relação à adequação da história a ser contada a uma plateia, Linde sugere que a troca de experiências gerada neste tipo de interação está sujeita a demandas sociais. Uma pessoa não está livre para construir uma história de vida de uma forma qualquer. Os interlocutores exercem um determinado nível de influência na natureza da história narrada. O grau de intimidade, por exemplo, pode definir a quantidade e a especificidade de detalhes a serem contados ou compartilhados.

Outro critério para a inclusão de uma história na totalidade de uma história de vida é o da reportabilidade. Linde utiliza a noção empregada por Labov (1972), considerando que um evento não é contável se ele é algo que acontece diariamente. Para ser transformado em história, um evento deve ser incomum ou, de alguma maneira, ir contra expectativas ou normas.

Contudo, as convenções particulares indicando o que pode ou não (adequação) e o que deve ou não (reportabilidade) fazer parte de uma história de vida não são universais, assim como a noção de história de vida não é universal; elas podem variar em culturas diferentes. Por exemplo, convencionalmente uma história de vida inclui certos tipos de eventos marcantes da vida de um indivíduo. Porém, a vida profissional de uma pessoa pode ser um tema comum, como parte de uma história de vida a ser narrada para uma determinada comunidade, como pode gerar desconforto entre interlocutores em outros eventos.

Dessa forma, Linde (1993) indica que em uma história de vida deve existir algum ponto de avaliação sobre o narrador ou sobre algum evento citado como importante, especificamente porque ele se relaciona com este narrador. A autora esclarece que o ponto de avaliação da história é como o entendimento que o ouvinte deve ter sobre o que as ações do protagonista representam. Em outras palavras, é a comunicação moral de qual tipo de pessoa é o narrador e que tipos de ações realiza; não seria, neste caso, a demonstração de algo sobre o modo como o

mundo é. Esta distinção surge de como a história é construída e não de um tipo particular de eventos narrados.¹¹

Outra questão a ser problematizada por Linde em relação a uma construção coerente em uma história de vida se refere à condição de veracidade dos fatos narrados. A autora considera a história de vida um texto, em vez de um meio de descobrir os fatos que realmente possam ter acontecido na vida do narrador. Permanecendo dentro do texto e focando em sua estrutura, a investigação pode descobrir processos que são comuns a culturas inteiras, assim como aqueles que parecem ser particulares a indivíduos específicos. A adequação da coerência demandada socialmente é também uma demanda pessoal que fazemos a nós mesmos. A coerência que nós procuramos apresentar à sociedade produz uma relação com o nosso desejo individual de entender nossa vida como coerente; como se nossa própria história fizesse sentido.

Dessa forma, percebemos nossa demanda interna por coerência, quando não sabemos como transformar em narrativa, um evento que não se encaixa em nossa história de vida. Essa dificuldade pode permanecer até o momento em que, de algum modo, fazemos esse novo evento se ajustar na história em curso, ou até que a história tenha sido modificada para acomodar o novo evento. Neste caso, concluo que, segundo a autora, a construção narrativa elaborada, sendo ou não constituída integralmente por fatos narrados verídicos, pode possuir uma construção que satisfaça o autor como sendo a sua própria história de vida.

2.4.3 Narrativas de resistência

De uma análise de histórias de resistência, Ewick e Silbey (2003) desenvolvem uma tipologia de práticas de resistência que se origina dos modos nos quais aspectos da estrutura social são mobilizados nas interações e recontados em histórias. Descrevendo inversões da estrutura social que alcançam um reverso momentâneo de poder, as narrativas de resistência revelam a consciência dos narradores de como oportunidades e restrições estão inseridas nas estruturas de ação social normalmente reconhecidas.

¹¹ (LINDE, 1993, p.21).

Para as autoras, o significado do que parecem pequenos atos reside nas narrativas sobre esses atos. O processo pelo qual um evento é transformado em história é sociologicamente significativo. Todas as histórias são eventos sociais. Em outras palavras, as histórias não são somente sobre a realidade social; a realidade social acontece nas histórias (EWICK & SILBEY, 2003, p.1331).

Assim como as autoras, Barbara Johnstone admite existir um processo contínuo de negociação por meio do qual os seres humanos criam a linguagem, a sociedade e o *self* enquanto falam e atuam. Contudo, essa condição de narrar histórias não é usada apenas como uma maneira de criar comunidade, mas como um recurso para dominar outros e para expressar solidariedade, resistência, ou conflito. (JOHNSTONE, 2001, p.644).

Ewick e Silbey analisaram histórias de resistência à autoridade legal, obtidas em entrevistas que se transformaram em eventos históricos, pois, segundo elas, foram registrados não só em suas memórias, mas reconstruídas para uma platéia. O objetivo da pesquisa das autoras era o de saber como os entrevistados vivenciavam, interpretavam e utilizavam a lei. Os entrevistados pertenciam a diferentes bairros, composições raciais e status socioeconômicos.

As autoras utilizaram perguntas em aberto, com o intuito de obterem narrativas sobre a temática em questão e, em lugar de respostas, obtiveram histórias sobre as vidas dos entrevistados. Embora muitos dos casos sobre os quais perguntaram não estivessem relacionados diretamente a questões legais, todos envolviam situações nas quais uma pessoa poderia aspirar a um direito legal, mesmo sem se dar conta do fato. Dessa forma, Ewick e Silbey perceberam que necessitavam entender o papel das histórias na experiência com a legalidade. O que haviam iniciado e projetado como uma mobilização sobre a legalidade se tornou uma análise de narrativas sobre a legalidade.

Em seguida, as autoras descrevem como a análise das histórias de resistência dos respondentes derivou das teorias da narrativa e da ação social. Indicam que as pessoas tendem a explicar suas ações para elas mesmas e para outras por meio de histórias, de acordo com Mishler (1986) e Bruner (1986). Adotam a concepção de que o impulso de narrar é natural e inevitável para se reportar como as coisas realmente aconteceram. Estas histórias são ações sociais e refletem e sustentam disposições institucionais e culturais, sendo interpretações de suas vidas, em que identidades são negociadas durante o processo narrativo.

Segundo Ewick e Silbey, todas as histórias possuem uma sociologia, uma justificativa, para o que aconteceu. Enquanto o ator comum, o que Garfinkel (1964) chamou de “sociólogo leigo”, pode não prover o tipo de justificativa que o profissional daria, as histórias leigas tentam explicar a ação social. Elas localizam os personagens no tempo e no espaço, descrevendo o que possibilita e o que restringe ações. Em outras palavras, elas apontam para as origens e limites de agência que existem dentro da estrutura social.

Os enredos das histórias de resistência apresentadas às autoras ofereceram narrativas relacionadas ao poder da lei, as origens de suas capacidades e as restrições que limitam a ação legal. Ewick e Silbey procuram mostrar como as narrativas de resistência oferecem uma variação particular ao modelo comum de narrativa. Ao construírem narrativas de resistência diária, os entrevistados expressaram sua consciência da injustiça do poder legal e anunciaram sua compreensão do papel da estrutura em possibilitar e em limitar a ação.

Os narradores das histórias de resistência situam a lei como uma força poderosa, descrevem-se como protagonistas contra esta força, e apresentam alguma ação que evitaram ou superaram, ainda que na condição de impotência. O ato de resistência é descrito na forma da narrativa convencional de oposição, transformação e vitória moral. Além disso, nessas narrativas de resistência, os narradores expõem aspectos da estrutura social, tão frequentemente aniquilados em gêneros hegemônicos.

Ao mesmo tempo, por suas narrativas constituírem histórias de resistência bem sucedidas, os narradores apresentam um relato de como estes mesmos esquemas familiares e estes recursos podem ser mobilizados para reservar um resultado interacional mais provável. A história do ato incorpora e apresenta esta “sociologia leiga” operante, revelando e articulando a organização social de poder que sustenta o mundo como ele é vivenciado e conhecido.

No centro das histórias de resistência está a promessa, mas não a certeza, de uma reversão no poder. Enquanto narrativa, em vez de um argumento lógico, o reverso do poder é alcançado, mas com elipses e ambiguidades no relato de como a resolução ocorreu. Por essa dificuldade de alcançar o fim da história com a reversão da condição de poder, as histórias transcendem o aspecto individual e pessoal, estimulando a platéia ao ato de resistência.

Para identificar histórias de resistência, Ewick e Silbey examinaram se as narrativas descreviam uma oportunidade de evitar as consequências da relativa desvantagem em relação às estruturas de poder. As autoras teorizaram que a resistência está baseada no reconhecimento dos mesmos aspectos da estrutura social que com mais frequência apoiam o que se conhece por poder e autoridade.

As maneiras pelas quais a estrutura social é invocada como uma estratégia de resistência inclui a manipulação de papéis sociais, exploração de hierarquia, respostas a regras e respostas ao regulamento de interações sociais junto às dimensões de espaço e de tempo. As autoras identificam essas reversões das características convencionais das relações estruturais, nas narrativas em histórias sobre a estrutura social, como estratégias ou táticas de resistência.

A primeira estratégia apresentada é o disfarce. Neste caso, o comportamento das pessoas costumava estar de acordo com as expectativas associadas com a posição social de cada um. Representando papéis, as pessoas podem manipular performances, fingindo serem coisas ou pessoas que não são. Como exemplo, uma forma de resistência pode ser fazer o papel do “bobo”, ou do menos capaz, para receber uma carga menor de trabalho.

Outra estratégia pode ser a de interpretar leis na forma literal. As aberturas e falhas encontradas em algumas leis podem servir como formas de realizar resistência. As autoras também relacionaram casos de dissolução de hierarquias. O ato de ignorar hierarquias muitas vezes reverte a linha assimétrica de autoridade e respeito. É comum o fato de cidadãos que fazem reclamações a membros superiores de uma empresa, recusando-se a falar com subordinados, conseguirem desajustar a ordem oficial dessa empresa e conseguirem atendimento adequado.

Outra estratégia comum de resistência é a de administrar (neste caso retardar) o tempo. Algumas narrativas analisadas pelas autoras demonstraram que algumas pessoas ameaçam a atrasar pagamentos ou a retardar o cumprimento de uma atividade, como forma de conseguirem respeito ou compensação por algum ato de exploração ou de injustiça. Na mesma linha de pensamento, ocupação de espaço pode ser utilizada como forma de resistência. Essa prática envolve o fechamento de um espaço ou a permanência de pessoas dentro de ambientes como fábricas, escolas, hospitais, e shoppings, até que se alcance um objetivo, como o de se obter uma solicitação atendida.

Dessa forma, contar histórias pode ser parte de uma prática e de uma ampliação da resistência. A possibilidade de transformação da história é conseguida primeiramente por meio de sua construção coletiva. No caso de narrativas de resistência pode ocorrer a necessidade da inclusão de histórias adicionais, porque, como já foi mencionado, a condição de reversão do poder nem sempre ocorre com facilidade, sendo o triunfo final, muitas vezes temporário. Pouco pode ficar permanentemente resolvido, dependendo para um desfecho desejado, da persistência dos narradores, em função de seus objetivos e de sua necessidade em narrar suas histórias de resistência.